



DECLARAÇÃO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DA ILHA DE SANTA MARIA (POOC Santa Maria)

Em cumprimento do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e a Directiva n.º 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, foi elaborada a Declaração Ambiental relativa ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria, a qual se encontra estruturada de acordo com as subalíneas i) a v) da alínea b) do artigo 10º do mencionado diploma. Constituem anexos a esta Declaração Ambiental o Relatório Ambiental (Anexo I) e o Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do POOC Santa Maria (Anexo II).

i) Forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no POOC Santa Maria

Após aprovação da proposta do POOC Santa Maria pela Comissão Mista de Coordenação (CMC), a qual acompanhou os respectivos trabalhos de elaboração, foi colocada em discussão pública a documentação relativa à Fase III do POOC (Proposta de Plano). O Relatório Ambiental inseriu-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do modelo de ordenamento proposto e respectivos documentos. Constituiu um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental, onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente foram identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível, às áreas da socio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prendeu-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas fossem identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

considera-se que foi dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável, que tem levado à expansão deste instrumento de avaliação a nível internacional.

Procedeu-se à sistematização dos impactes significativos da aplicação da proposta de Plano, nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de ordenamento previsto para a área de intervenção, à avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a área de intervenção (conjunto de opções estratégicas) e à AAE com base nos principais descritores ambientais.

O Relatório Ambiental procurou sistematizar e avaliar os impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove programas e sobre os quais poderia influenciar, tendo determinado quais deles tiveram impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, designadamente a avaliação global do programa e a avaliação restrita do projecto, não tendo sido identificados os impactes por acção.

É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos foram tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.

Com base na análise realizada, foi possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção do POOC Santa Maria assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que asseguram os padrões correntes de qualidade ambiental.

ii) Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (e dos artigos 47º e 48º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de acordo com o Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro) e os resultados da respectiva ponderação

Durante o período de Discussão Pública do POOC Santa Maria, entre os dias 3 de Dezembro de 2007 e 15 de Janeiro de 2008, estiveram disponíveis na Câmara Municipal de Vila do Porto, nos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Serviços de Ambiente de Santa Maria, na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos e no sítio <http://www.azores.gov.pt//portal/pt/temas/cidadao/ambiente>, para consulta dos interessados os seguintes documentos: Regulamento; Planta de Síntese; Planta de Condicionantes; Modelo de Intervenção; Plano de Zonas Balneares; Programa de Execução e Plano de Financiamento; Relatório Ambiental; Resumo Não Técnico; e Fichas de Participação.

As participações resultaram da consulta destes documentos e da sessão pública de esclarecimento, efectuada na Ilha de Santa Maria a 14 de Dezembro de 2008.

No decorrer do período de discussão pública houve trinta e nove participações, tendo contribuído para o processo de Discussão Pública a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que apresentou uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados, a empresa Holland Trading, Lda. que apresentou um projecto de produção de Antúrios, o Círculo de Amigos de S. Lourenço que apresentou várias intervenções relacionadas com a Baía de São Lourenço, a Santa Casa da Misericórdia e os Serviços de Ambiente de Santa Maria, bem como diversas participações individuais.

As participações efectuadas abordaram diversas áreas temáticas, designadamente: a construção na zona da Ponta Negra; infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais; classificação dos locais de interesse cultural e paisagístico; zona balnear da Praia Formosa; áreas de projecto da Praia Formosa, da Maia e de São Lourenço; execução de projectos urbanísticos; e quartéis de Vinha.

A principal alteração efectuada no POOC Santa Maria, decorrente do processo de Discussão Pública, resultou da participação da APIA e conduziu à alteração do n.º 2 dos artigos 24º e 25º do Regulamento, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional. A participação pública dos Serviços do Ambiente de Santa Maria sugeriu que durante o período de interdição de acesso aos ilhéus, de Maio a Outubro, deveria ocorrer monitorização das aves que lá nidificam, tendo a mesma sido considerada no Regulamento. Uma das participações do Círculo de Amigos de São Lourenço resultou na inclusão no Volume 3 (Plano de Zonas Balneares), da ficha



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

correspondente à Zona Balnear (ZB 5 – São Lourenço). Outra sugestão apresentada propôs a representação na Planta de Síntese da Central de Compostagem de Santa Maria. Foram, ainda, efectuadas alterações no artigo 16º (áreas de interesse cultural e paisagístico), mais concretamente no n.º 7 que diz respeito aos apoios agrícolas.

Resultou, também, de uma outra participação a inclusão de passeios marítimos nas fichas de projecto. De acordo com a pretensão de um participante no processo, introduziu-se uma alínea ao artigo 21º do Regulamento para interdição da extracção de areias, salvaguardando a Zona A - Marítima. Salienta-se que na Zona A – Terrestre, de acordo com a legislação de gestão do domínio hídrico, não é possível fazer-se a extracção de areias das praias.

iii) Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

Considerando a área de intervenção do POOC Santa Maria, objecto de avaliação ambiental, este Plano não é susceptível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado-Membro da União Europeia, pelo que não foi realizada a consulta prevista no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

iv) Razões que fundamentaram a aprovação do POOC Santa Maria à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

O litoral açoriano parece conjugar tendências reactivas e pró-activas. Estas influenciaram a concepção dos cenários de evolução do POOC Santa Maria, na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento, tendo por base os pressupostos seguintes: Cenário Reactivo, correspondente à previsão das consequências da execução de soluções territoriais, de medidas e de acções que pretendem contrariar ou eliminar as situações de conflito, em especial as consideradas graves, bem como as situações de risco, e prevenir, numa maior ou menor extensão, o surgimento de novas situações de conflito e de risco; e Cenário Pró-activo, que traduz as consequências previstas da intervenção de uma Administração actuante, protagonista do processo de transformação do território, não se limitando a fiscalizar e a licenciar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

A opção recaiu pelo Cenário Pró-activo, embora mais restritivo em algumas situações, considerando que é aquele que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentável. Ponderaram-se algumas limitações que advêm fundamentalmente do perigo que representa a utilização de alguns locais com sinais visíveis de instabilidade, tendo, no entanto, possibilitado perspectivas de fruição em outros locais. Também os espaços de interesse geológico e os espaços de conservação da natureza foram entendidos como áreas de vivência e fruição no respeito pela prevenção da degradação e delapidação de recursos. Estes espaços apresentarão um grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.

v) Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho

O sistema de monitorização do POOC Santa Maria contempla três momentos distintos do processo de monitorização: antes, durante e após a tomada das medidas contempladas no Plano. Os seus objectivos prendem-se com a aquisição de informação que permita avaliar as alterações ambientais (sistema biofísico e qualidade da água), territoriais (ocupação do solo) e socio-económicas (qualidade de vida) na área de intervenção do Plano. A quantificação dos efeitos (sucesso e eficácia) decorrentes da implementação do POOC Santa Maria foi a principal justificação para a elaboração do Plano de Monitorização, com o objectivo de avaliar em que medida vão sendo atingidos os objectivos do mesmo, o seu grau de implementação e de sucesso, de modo a permitir identificar eventuais desvios daqueles objectivos ou da respectiva estratégia, detectar lacunas ou erros das respectivas propostas, ou determinar correcções ao nível das propostas formuladas no Programa de Execução.

Reconhece-se, logo à partida, a complexidade em discriminar todas as causas possíveis para as modificações que poderão ocorrer no funcionamento do ecossistema (factores imprevisíveis), circunstância inerente à própria dinâmica dos ambientes aquáticos (factores de incerteza). Considera-se, no entanto, que um dos aspectos fundamentais da monitorização consiste em colmatar as lacunas de conhecimento, detectadas nas fases de preparação do Plano. Assim, a resposta do sistema (ambiental, territorial e socio-económico) ditará o reajustamento das medidas que se preconizam, sendo esta a noção de flexibilidade do processo de planeamento em curso.



WV

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Nestá sequência, o Plano de Monitorização contempla o enquadramento geral das acções de monitorização, a sistematização dos indicadores e a definição de elementos adicionais de auxílio à implementação. A avaliação *ex-post* e *ex-ante* visa permitir a verificação do grau de sustentabilidade do POOC Santa Maria, baseado num Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e parâmetros de referência que possibilitem o progresso de uma avaliação *in continuum* (*on-going evaluation*).

Atendendo à necessidade de sublinhar os indicadores que se consideraram prioritários na avaliação do estado da implementação e sucesso do POOC Santa Maria, permitindo deste modo adequar o número de indicadores propostos, sob pena do Plano de Monitorização perder operacionalidade, procedeu-se à identificação dos seguintes indicadores-chave:

Sector	INDICADORES		
	Designação do Indicador	Unidades	Periodicidade
AMBIENTAL	Elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos	-	Diária
	Agitação marítima	-	-
	Qualidade da Água – Consumo Humano / Recursos hídricos e hidrológicos	-	-
	Qualidade da Água – Zonas Balneares	-	Sazonal a pontual
	Tratamento e destino final dos RSU e efluentes	Número	Anual
	Áreas de degradação paisagística	Número	Anual
	Qualidade Ambiental (Flora e Fauna)	-	Anual
SOCIO-ECONÓMICO	População empregada residente por sector de actividade económica	%	Anual
	Espaços para uso recreativo	ha	Anual
	Qualidade de infra-estruturas e equipamentos	-	Anual
TERRITORIAL	Área em perigo geológico / Evolução da linha de costa	ha	Anual
	Orla costeira artificializada	Metros	Anual
	Zonas balneares classificadas	Número	Anual
	Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza	ha	Anual
PROGRAMAS/ PROJECTOS/ PROPOSTAS	Conformidade entre os objectivos gerais do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Bianual
	Conformidade entre os objectivos específicos do Plano e os resultados obtidos	Objectivos	Anual
	Concretização dos Programas propostos no Plano	Programas	Anual
	Concretização dos Projectos propostos no Plano	Projectos	Anual
	Cumprimento do prazo de execução por projecto e por programa	Programas/ Projectos	Anual
	Programas/projectos cujos custos de execução foram ultrapassados por rubrica e montante	Programas/ Projectos	Anual
	Taxa de execução anual do Plano de Financiamento	Acções/ Projectos	Anual



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

O Plano de Monitorização recomenda, assim, uma campanha de monitorização de dados inicial, preferencialmente antes do início da implementação do POOC Santa Maria, de modo a se obter a situação de referência. Deverá ocorrer uma monitorização do tipo "operacional" durante a implementação das medidas do Plano, e até dois anos após o seu término, após a qual se passará à "monitorização de vigilância", excepto no caso de ocorrência de alteração súbita nos parâmetros analisados.

A avaliação *in continuum* das condições ambientais e socio-económicas da área de intervenção do POOC Santa Maria implicam, não só a recolha, tratamento e armazenamento de informação sobre os variados parâmetros, mas também compreendem a integração das disposições do Plano. Assim, e no caso das medidas apresentadas no POOC não se mostrarem eficazes ou se ocorrerem impactes negativos decorrentes da sua implementação, deverá haver um reajuste das medidas a implementar de modo a salvaguardar os interesses e os objectivos preconizados.

Ponta Delgada, 3 de Novembro de 2008.

O Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

José Virgílio de Matos Figueira Cruz



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR

Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO I

POOC



FASE IV – VERSÃO FINAL DO PLANO

VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL

PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA
SANTA MARIA

Março 2015



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL
DO AMBIENTE E DO MAR
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES



**Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social,
Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia**

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Raposeiro
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Mathão

PALEOBIOGEOGRAFIA MARINHA

Patrícia Madeira
Sérgio Ávila

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

JURISTAS

José Cunhal Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Amaido Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

- VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
- VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO
- VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES
- VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO
- VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL
- VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO
- VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

ÍNDICE

VOLUME 5 – RELATÓRIO AMBIENTAL

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO.....	3
3 – AVALIAÇÃO DE IMPACTES	6
3.1 – Análise global por programa.....	7
3.2 – Análise pormenorizada por projecto.....	9
4 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	25
4.1 – Análise das Matrizes	28
4.2 – Discussão.....	31

ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica



RELATÓRIO AMBIENTAL

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Ambiental (RA), corresponde à formalização da Fase IV (Versão Final do Plano) do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha de Santa Maria, em conformidade com os conteúdos definidos para as orientações prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento (Pró-activo) aprovado pela CE e CMC.

Após aprovação pela CE e CMC, foi colocado em discussão pública a documentação relativa à Fase III (Proposta de Plano). O RA insere-se nessa fase por constituir um dos elementos para aprovação em resultado da avaliação do Programa de Execução e do Plano de Financiamento proposto. Constitui um exercício prospectivo de Planeamento Ambiental onde os impactes passíveis de serem previstos no domínio do ambiente são identificados, tendo-se alargado o seu reconhecimento, sempre que possível, às áreas da sócio-economia e da governação.

A aproximação a um Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) prende-se com a necessidade crescente de assegurar que as repercussões ambientais de certos planos e programas sejam identificadas e avaliadas anteriormente à sua aprovação e implementação. Assim, é dado mais um passo significativo no processo de desenvolvimento sustentável que tem levado, ao nível internacional, à expansão deste instrumento de avaliação, designado de AAE.

A metodologia geral proposta para o RA do POOC em questão, visa atingir plenamente os objectivos expressos na legislação em vigor sobre esta matéria, particularmente, os consignados no ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe a Directiva n.º 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001.

De facto, a Directiva Comunitária (2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001) relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Planos e Programas no Ambiente, apresenta como objectivo (artigo 1º) o estabelecimento de um elevado nível de protecção do ambiente na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Para tal, visa garantir que determinados planos e programas, susceptíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental.





Constitui-se assim como o quadro de referência para os Estados Membros nesta matéria, estabelecendo os princípios gerais do sistema de avaliação ambiental, mas deixando a seu cargo as especificidades processuais.

No entanto o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho remete a AAE dos Instrumentos de Gestão Territorial para a legislação geral de Ordenamento do Território. Como é sabido a esse nível não existem orientações práticas e operacionais de AAE. Contudo, a Equipa do Plano decidiu apresentar a sua aproximação à AAE dos POOC pois no âmbito de aplicação da Directiva são abrangidos os planos que tenham sido preparados para o ordenamento urbano e rural, ou uso dos solos. Consistindo o modelo, a desenvolver, numa estruturação das abordagens de planeamento, análise de processos territoriais relevantes, na vertente da sustentabilidade e nas metodologias de planeamento, investindo nas fases iniciais de concepção e proposta de plano.

Tendo reunido já algum dos elementos necessários, ao longo da elaboração deste plano, quer na fase que decorre quer nas anteriores, proceder-se-á à sistematização dos impactes significativos da aplicação da Proposta de Plano nomeadamente ao nível da análise dos impactes territoriais dos usos do solo do modelo de ordenamento previsto para a AI, a avaliação dos impactes causados pelos projectos definidos para a AI (conjunto de opções estratégicas) e AAE com base nos principais descritores ambientais.





2. IMPACTES TERRITORIAIS DO MODELO DE INTERVENÇÃO

As diferentes utilizações do solo constituem um factor a analisar enquanto potenciais geradoras de pressões neste recurso e nos sectores que dele dependem, provocando diversos impactes territoriais e ambientais. Deste modo, o ordenamento do território assume elevada importância não só no estabelecimento de limites a recursos do solo, face aos usos que os reclamam, como também na tomada de decisões que contribuam para a sua preservação e utilização sustentável.

Na Ilha de Santa Maria a Zona Terrestre de Protecção (faixa de 500 m) da Área de Intervenção (AI) corresponde aproximadamente a 2490 ha, correspondendo a 25% do território terrestre (ilha). Do levantamento realizado na Fase I – Caracterização e Diagnóstico do POOC Santa Maria é possível observar que destina-se na sua maioria à ocupação agrícola (pastagens, vinhas e incultos), em cerca de 30 % da área considerada. Por sua vez, as áreas florestais (floresta de produção e matos) ocupam aproximadamente 17 %, correspondendo as áreas edificadas a 4 % que englobam os espaços urbanos (incluindo infra-estruturas e equipamentos) e industriais.

Em relação à extensão marítima da AI, que engloba a Zona A Marítima, delimitada pela batimétrica dos 30 m, verifica-se que esta corresponde a uma área total de aproximadamente 4239 ha.

Tendo presente que no contexto socio-económico da região se verifica o aumento da pressão urbanística e a expressão da agro-pecuária, no desenvolvimento do Plano foi adoptado o Modelo de Intervenção (MI), resultante das opções tomadas na Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento e que suportam a apresentação do Cenário Pró-activo, aprovado pela CE e CMC.

Assim, como descrito na Fase III – Proposta do Plano, Volume 2. Síntese e Modelo de Intervenção, a AI será dividida em duas zonas. A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada. A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira. As zonas A e B ocupam uma área aproximada de 4092 ha (61 % da área total da AI) e 707 ha (cerca de 11 % da área total da AI), respectivamente.

Na Zona A, este modelo traduz-se nas seguintes categorias de espaço:



Zona A Terrestre (com cerca de 1665 ha) inclui: Áreas com Vocação Recreativa; Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico; Áreas de Protecção e Conservação da Natureza; Áreas Vulneráveis e Áreas Balneares.

As Áreas com Vocação Recreativa ocupam aproximadamente 13 ha (1 % da Zona A Terrestre) e distribuem-se exclusivamente por três pontos: Anjos, Praia e Maia.

As Áreas de Interesse Cultural e Paisagístico ocupam cerca de 342 ha (20 % da Zona A Terrestre) encontrando-se distribuídas essencialmente por Baía da Cré - Faneca, São Lourenço, Maia – Castelo, Sul e Figueiral – Touril.

As Áreas de Protecção e Conservação da Natureza distribuem-se praticamente por toda a ilha, ao longo de uma faixa da zona costeira, representando cerca de 46 % da Zona A Terrestre (cerca de 767 ha).

As Áreas Vulneráveis, estendem-se por uma faixa ao longo de toda a zona costeira, assumindo uma expressão muito significativa ao longo de toda a costa. Sobrepõe-se quase na totalidade às áreas anteriormente referidas, para além das que não são exclusivas da Zona A. Verifica-se que a sobreposição às várias classes de uso do solo, atingem no total uma área de 1397 ha (83 % da Zona A Terrestre).

Não foi possível a contabilização da área total das 6 ZB referidas na ilha, por serem preferencialmente assinalados por pontos, dada a posição geográfica que ocupam e a reduzida dimensão à escala de análise.

No que se refere às Áreas de Projecto definidas no âmbito do POOC da Ilha de Santa Maria, verifica-se que estas correspondem a frentes urbanas litorais, já englobadas em classes de espaço referidas anteriormente, mas que prevêm o desenvolvimento de diversos projectos, nomeadamente:

AP1 – São Lourenço (com cerca de 44 ha) – prevê a intervenção na área urbana de São Lourenço, a requalificação da orla costeira da Baía de São Lourenço, a recuperação e valorização das vinhas em quartéis e a requalificação do percurso pedonal da Praia da Vigia;

AP2 – Maia (com cerca de 41 ha) - prevê a intervenção na área urbana da Maia, a recuperação e valorização das vinhas em quartéis, o reordenamento do Porto da Maia, a elaboração do Plano de Zona Balnear da Piscina da Maia, a requalificação da frente urbana – Ponta das Eirinhas e a requalificação da área de lazer da Cascata do Aveiro;



AP3 – Praia Formosa (com cerca de 37 ha) – prevê a criação de uma área de equipamentos de ante-praia, a definição de uma área urbana com vocação turístico-residencial, a elaboração do Plano de Zona Balnear da Praia Formosa, a qualificação paisagística do Parque de Campismo e a construção de um Sistema de Saneamento de Águas Residuais da ilha (ETAR).

AP4 – Anjos (com cerca de 10 ha) – prevê a intervenção na área urbana dos Anjos, a intervenção e ampliação da frente marítima, a elaboração do Plano de Zona Balnear da Piscina dos Anjos e qualificação do Porto.

No que diz respeito à Zona A Marítima, verifica-se que esta apenas inclui a Área de Protecção e Conservação da Natureza, ao que corresponde uma área de cerca de 57 % (2417 ha) da Faixa Marítima de Protecção da AI.

A Zona B ocupa cerca de 28 % da área total da Zona Terrestre de Protecção, sendo o modelo constituído pelas restantes classes de uso do solo da AI do POOC: Áreas Agrícolas, Áreas Florestais e Áreas Edificadas.

As Áreas Agrícolas correspondem a 56 % (cerca de 398 ha) da área exclusivamente correspondente à Zona B e distribuem-se um pouco por toda a AI, à excepção do sector Oeste. As Áreas Florestais distribuindo-se também um pouco por toda AI, assumindo contudo elevada expressão na parte Noroeste e Sudoeste da ilha, ocupando no total 40 % desta (cerca de 281 ha). Por fim, em relação às Áreas Edificadas, verifica-se que estas assumem uma importante expressão na zona do aeroporto (Oeste da ilha), salvo algumas excepções ao longo da AI, ocupando 4 % do espaço (cerca de 28 ha).

A adopção do Cenário Pró-activo, embora restritivo é o que melhor cumpre os objectivos de desenvolvimento sustentado. Ponderam-se algumas limitações que advêm fundamentalmente do perigo que representa a utilização de alguns locais com sinais visíveis de instabilidade, abrindo perspectivas de fruição em outros locais. Estes espaços apresentam um grau diferenciado de protecção, cingindo os graus mais elevados a áreas e recursos que já carecem de intervenção.

Salientando-se ainda a necessidade de proceder à regulamentação de espaços que por motivos de risco ou de protecção de pessoas e bens, terão que ser sujeitos a restrições de teor mais elevado como os que são incluídos na Zona A.

Verifica-se assim que a programação/concretização de acções definidas permitirão atingir todos os objectivos específicos propostos, garantindo que os impactes territoriais e ambientais sejam positivos.



3. AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Procedeu-se à identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação das propostas de intervenção do POOC constantes nas Fichas do Programa de Execução e do Plano de Financiamentos.

Este relatório procura sistematização e avaliação dos impactes dos projectos (estudos, obras, acções e medidas) distribuídos pelos nove programas e sobre os quais pode surgir influência ou controle, determinando quais deles têm ou podem ter impactes significativos no ambiente.

Mediante os resultados da avaliação, os impactes foram classificados em positivos e negativos em dois níveis distintos, a saber:

- Por programa: avaliação global do programa;
- Por projecto: avaliação restrita do projecto, não sendo identificados os impactes por acção.

É de salientar que as observações feitas relativamente aos pontos negativos devem obrigatoriamente ser tomadas como medidas cautelares e mitigadoras.





3.1 – ANÁLISE GLOBAL POR PROGRAMA

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 1 – Intervenções em áreas prioritárias	Melhoria das condições de segurança e utilização das infra-estruturas situadas na área de influência das zonas intervencionadas.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Programa 2 – Prevenir / Mitigar riscos	Melhoria das condições de segurança das populações e das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos.
Programa 3 – Ambiente e Qualidade de Vida	Garantia da qualidade da água. Consciencialização e envolvimento da população nos processos de preservação do património natural. Fomentar a educação ambiental de modo a que a limpeza e preservação de habitats seja uma realidade.	
Programa 4 – Valorização Paisagística	Valorização e preservação do território.	
Programa 5 – PaleoParque Santa Maria	Preservação de um património com importância internacional. O registo sedimentar fossilífero Neogénico de Santa Maria é único no sector central do Atlântico Norte. Algumas das suas jazidas possuem importância internacional para a compreensão da história geológica do Atlântico Norte e da biocolonização das ilhas, assim como para o estabelecimento de correlações estratigráficas e paleobiogeográficas inter-macaronésicas e entre a Macaronésia e os continentes Americano, Europeu e Africano. Potencialidade de exploração turística de um produto novo nos Açores: a "Rota dos Fósseis", de forma sustentada.	
Programa 6 – Intervenções em Zonas Balneares	Melhoria das condições existentes para fruição pública das zonas balneares.	



	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Programa 7 – Desenvolvimento e actividades económicas	Este programa contribuirá para a dinamização do sector turístico na Ilha de Santa Maria, bem como, para um maior nível de qualificação profissional dos trabalhadores da referida ilha. Deste modo, esta passará a ser uma ilha mais atractiva em termos turísticos e com recursos humanos mais qualificados e habilitados para responder às actuais necessidades do mercado de trabalho. Os projectos propostos no âmbito da pesca visam combater a actual estagnação deste sector na Ilha de Santa Maria. Promoção do desenvolvimento sustentável.	Aumento da pressão turística.
Programa 8 – Infra-estruturas e Equipamentos	Melhoria das acessibilidades, das condições de segurança e da operacionalidade.	
Programa 9 – Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	Dotação de melhores instrumentos de gestão territorial e melhoria das condições de segurança das populações. Cumprimento de toda a legislação existente na RAA com manutenção e recuperação do meio ambiente e habitats.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos. Resistência por parte da população à aplicação das leis e fiscalização das mesmas.
Programa 10 – Monitorização	Dotação de melhores instrumentos de gestão territorial e melhoria das condições de segurança das populações. Possibilitar o desenvolvimento de sistemas de alerta para perigos geológicos. Conhecimento acerca das áreas protegidas e fauna e flora nelas existentes. Estudo do sucesso da criação de áreas protegidas.	

Os impactes previstos são significativamente positivos. Na implementação dos diversos programas e respectivos projectos e acções promove-se claramente a melhoria da qualidade do ambiente, em geral, e das condições de vida das populações locais, em particular. É significativo o impacto ao nível do ordenamento e gestão urbanística através da regulação urbanística dos usos e actividades e ainda ao nível do aumento da atractividade da ilha, de forma a potenciar o desenvolvimento económico local.

Os impactes negativos identificados resumem-se ao domínio da governação uma vez que decorrem, na sua maioria, de legislação nova que possa surgir na sequência de alterações legislativas. O aumento da pressão turística identificada na implementação do Programa 6 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) não é significativo,



dadas as particularidades da ilha uma vez que a sua dimensão permite um controlo mais eficaz da incidência dessa mesma pressão.

3.2 – ANÁLISE PORMENORIZADA POR PROJECTO

PROGRAMA 1 – Intervenções em áreas prioritárias

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 1.1 – Intervenção na área urbana de São Lourenço	Enquadramento da gestão urbanística. Introdução de regras e parâmetros urbanísticos numa zona algo congestionada e onde existe necessidade ordenar o crescimento urbano.	Nos moldes colocados, este projecto não tem carácter vinculativo e de PMOT, no entanto, constitui um documento essencial para a Autarquia de suporte à gestão e negociação urbanística, enquanto não entra em vigor o PP programado pelo PDM.
Projecto 1.2 – Intervenção na área urbana da Maia	Enquadramento da gestão urbanística. Introdução de regras e de parâmetros urbanísticos numa zona não infra-estruturada e com pressão urbanística.	A especulação imobiliária pode aumentar, caso não sejam implementados mecanismos de controlo dos preços e de transacção do solo. Incremento de intenções especulativas de construção que visam antecipar a concretização do projecto.
Projecto 1.3 – Requalificação da frente urbana – Ponta das Eirinhas	Valorização da zona e da paisagem. Criação de percurso alternativo de fruição do litoral.	Artificialização do talude caso não se opte por uma intervenção mínima e integrada.
Projecto 1.4 – Orientações para a elaboração do Plano Pormenor da Praia Formosa	Enquadramento da gestão urbanística na Praia. Introdução de regras e parâmetros urbanísticos numa zona não infra-estruturada e com vocação residencial e turística.	A especulação imobiliária pode aumentar, caso não sejam implementados mecanismos de controlo dos preços e de transacção do solo. Incremento de intenções especulativas de construção que visam antecipar a concretização do projecto.
Projecto 1.5 – Intervenção na área urbana dos Anjos	Melhoria da imagem urbana dos Anjos e da qualidade de vida da população. Criação de uma nova frente urbana que da resposta à procura de terrenos urbanizáveis. Manutenção de uma área natural com características singulares (Praia de Lobos).	Não se prevêem impactes negativos, desde que as novas intervenções previstas no plano respeitem a integração na paisagem local.



PROGRAMA 1 – Intervenções em áreas prioritárias (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 1.6 – Requalificação da frente marítima dos Anjos	Melhoria e diversificação dos espaços de usufruto do litoral por parte da população. Aumento da oferta de terrenos para construção.	Não se prevêem impactes negativos, desde que a intervenção prevista respeite a integração na paisagem local.
Projecto 1.7 – Intervenção da frente litoral de Vila do Porto	Reforçar da relação entre a área urbana e o porto e minimizar os riscos associados a uma arriba instável.	Alteração de uma paisagem proeminente e identificativa da Vila, em especial da vista a partir do mar, caso não se opte por uma intervenção integrada e mínima.
Projecto 1.8 – Orientações para a elaboração dos Planos de Pormenor de São Lourenço, Maia e Anjos	Melhoria da imagem urbana e da qualidade de vida da população. Resolução dos principais problemas de congestionamento e falta de terrenos urbanizáveis.	Não se prevêem impactes negativos, desde que as intervenções previstas nos planos de pormenor respeitem a integração na paisagem local.
Projecto 1.9 – Área a consolidar – Zona da Laracha	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Projecto 1.10 – Área a consolidar – Zona da Terça	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência da zona intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluída a obra, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.

Com a implementação dos diversos projectos propostos neste programa destacam-se os impactes positivos no domínio da qualidade ambiental e urbana, através do incremento da melhoria da imagem urbana dos pequenos aglomerados costeiros, das condições de higiene e segurança das populações locais e dos utentes das áreas a sujeitar a intervenção. De salientar o impacto positivo resultante das intervenções específicas de requalificação das frentes litorais, cuja paisagem se encontra desqualificada.

Foram identificados impactes negativos em todos os Projectos do Programa 1. A análise detalhada mostra que os impactes são passíveis de ocorrer durante a execução das obras previstas antevendo-se a sua anulação no final da





construção das referidas obras. O aumento da artificialização de algumas áreas costeiras, previsto em alguns projectos poderá acontecer caso não se opte por intervenções integradas e mínimas.

PROGRAMA 2 – Prevenir/ Mitigar riscos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 2.1 – Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	
Projecto 2.2 – Estabilização de arribas	Melhoria das condições de segurança e de utilização das infra-estruturas situadas na área de influência das zonas intervencionada.	Durante a execução das obras poderá produzir-se poluição sonora e atmosférica e, uma vez concluídas as obras, podem resultar eventuais impactes visuais de carácter definitivo. Custos de manutenção das obras.
Projecto 2.3 – Elaboração de cartas de risco	Melhoria das condições de operacionalidade das entidades administrantes. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	
Projecto 2.4 – Manutenção conjunta das infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira	A manutenção periódica de infra-estruturas portuárias e de defesa costeira é um imperativo porque dessas intervenções depende a manutenção das condições de acessibilidade à ilha e a segurança de pessoas e bens.	São associáveis às obras: transporte de materiais, potenciais ruídos e libertação de poeiras
Projecto 2.5 – Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras	Preservação, protecção e melhoria da qualidade do ambiente e de protecção da saúde humana.	
Projecto 2.6 – Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil	Melhoria das condições de operacionalidade da Protecção Civil.	
Projecto 2.7 – Estudo de retenção das areias (Praia Formosa e São Lourenço)	Reposição de uma situação outrora existente. Melhoria das condições balneares. Melhoria das condições de defesa costeira.	Alteração de sub-sistemas costeiros actualmente existentes. Grande incerteza quanto à durabilidade da intervenção. Possível necessidade de intervenções complementares com obras fixas. Impactes durante a construção devido ao movimento de máquinas e possível aumento da turvação da água.



O domínio do ambiente e da governação surgem como as áreas com maiores impactos positivos identificados com a implementação dos Projectos do Programa 2 – Prevenir/ Mitigar Riscos. Esta circunstância decorre da especificidade dos Projectos propostos, uma vez que a sua implementação diminui claramente as situações de risco a que as populações estão expostas, bem como melhora significativamente as condições de operacionalidade das entidades com responsabilidade nesta matéria. A melhoria da qualidade ambiental das áreas costeiras surge como impacte positivo significativo neste programa.

Os impactos negativos identificados que se encontram associados à implementação destes projectos são pouco significativos e resultam da execução de algumas das intervenções (obras) previstas, estando prevista a sua anulação no final das obras, à excepção do projecto 2.7 onde se prevê ainda a alteração dos sub-sistemas costeiros actualmente existentes, para além da grande incerteza quanto à durabilidade da intervenção.

PROGRAMA 3 – Ambiente e Qualidade de Vida

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 3.1 – Sistema de saneamento da Ilha de Santa Maria	Tratamento adequado das águas residuais domésticas, diminuição dos focos de poluição junto da costa.	Incómodos causados pelas obras de saneamento.
Projecto 3.2 – Projecto de aterro sanitário, optimização de funcionamento da lixeira e recuperação paisagística da envolvente	Melhoria das condições de higiene e segurança na envolvente mais próxima da lixeira. Melhoria da qualidade dos ecossistemas numa zona de ZPE. Diminuição do impacto visual negativo na paisagem. Diminuição da poluição hídrica, pedológica e visual. Diminuição de riscos para a saúde pública.	A morosidade do processo podem implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e dos ecossistemas.
Projecto 3.3 – Melhorar a gestão de RSU	Minimizar o impacte ambiental numa perspectiva de análise de ciclo de vida dos produtos. Contribuir para a eco-eficiência das empresas e da sociedade, incentivando a prevenção e a minimização da produção de resíduos. Gerir as infra-estruturas com o mais elevado nível de protecção dos ecossistemas e da saúde pública.	
Projecto 3.4 – Limpeza das zonas costeiras	Melhoria do ambiente, qualidade de vida, saúde pública e paisagem.	





PROGRAMA 3 – Ambiente e Qualidade de Vida (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 3.5 – Preservação dos habitats e espécies	Preservação dos habitats naturais mais ameaçados e representados. Preservação, recuperação e manutenção de espécies de fauna e flora selvagens e endémicos. Controlo do crescimento desmedido da população de coelhos e roedores. Uma actividade passível de ser explorada como fonte de lazer para a população local e turistas. Diminuição das áreas de vegetação exótica, renaturalização da paisagem. Melhoria do estado de conservação dos habitats naturais e de populações de espécies prioritárias. Redução dos efeitos das invasoras.	Se a caça não for controlada e feita com consciência, podem ocorrer problemas de mortalidade excessiva. Risco de acidentes com armas. Descontentamento por parte dos pescadores e mariscadores pelo facto de se verem impedidos de exercer as suas actividades nalguns troços de costa. Riscos de envenenamento de populações animais não alvo. Risco de erosão no período de tempo entre a erradicação de flora invasora e o restabelecimento da nativa.
Projecto 3.6 – Educação e sensibilização ambiental	Consciencialização e envolvimento de empresas e população para a problemática do Meio Ambiente e nos processos de preservação do património natural. Sensibilização da população para os perigos naturais. Maior participação da população nas questões Ambientais, promovendo a melhor Qualidade Ambiental e consequentemente melhor qualidade de vida. Maior investimento na investigação científica. Melhor conhecimento das potencialidades do meio e dos ecossistemas marinhos.	Grande investimento de capitais

Os impactes previstos reconhecidos no Programa 3 são positivos distribuindo-se pelo domínio do ambiente e sócio-economia. A implementação dos projectos propostos promove, de um modo geral e significativamente, a melhoria da qualidade ambiental e potencia benefícios económicos para as populações locais. Prevê-se também, com a implementação de alguns projectos o aumento do grau de preservação dos habitats naturais da Ilha de Santa Maria e o incremento dos níveis de participação das populações nas questões ambientais.

Como impactos negativos a salientar reconhece-se a possibilidade de ocorrência de conflitos durante o desenvolvimento de algumas obras decorrentes da implementação dos projectos e ainda algum descontentamento das populações face a determinadas restrições que poderão surgir à actividade piscatória.



PROGRAMA 4 – Valorização paisagística

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 4.1 – Recuperação paisagística da ZPE do ilhéu da Vila e costa adjacente	Preservação de ecossistemas localizados numa zona de ZPE de elevada importância ao nível dos Açores. Diminuição do impacto visual negativo na paisagem.	A morosidade do processo pode implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a manutenção dos ecossistemas.
Projecto 4.2 – Recuperação ambiental e paisagística da Ponta do Castelo	Melhoria das condições de fruição de um pontos turísticos importantes no que respeita ao turismo activo, com um trilho de elevado valor cénico mas em mau estado de conservação, em articulação com a recuperação e manutenção de ecossistemas costeiros.	A sensibilidade dos ecossistemas costeiros existentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à degradação de manchas de vegetação endémica ou perturbação dos habitats de avifauna.
Projecto 4.3 – Qualificação da zona de interesse geológico e adaptação a local de interpretação ambiental	Melhoria das condições de fruição de um ponto turístico importante no que respeita ao interesse geológico, com elevado potencial pedagógico. De notar que os afloramentos presentes nesta zona permitem estabelecer correlações entre a Macaronésia e os continentes Europeu e Africano e contribuem para a compreensão da história geológica do Atlântico Nordeste e da Macaronésia.	A sensibilidade dos afloramentos geológicos presentes requer uma intervenção cuidada, caso este facto não seja tido em conta poderá assistir-se à sua degradação.
Projecto 4.4 – Classificação e qualificação dos locais de interesse geológico, biológico e paisagístico	Melhoria das condições de fruição de pontos turísticos importantes, com a criação de trilhos pedestres, em articulação com a recuperação e preservação de ecossistemas. Aumento da potencialidade de recreio e turismo destas zonas, numa óptica de educação ambiental.	Caso o desenvolvimento turístico não se faça com regras bem definidas e fiscalização adequada poder-se-ão causar distúrbios aos ecossistemas, especialmente na Ponta da Malbusca-Piedade, Barreiro da Faneca e Baía da Cré.
Projecto 4.5 – Ordenamento de explorações de indústria extractiva	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Compatibilização da actividade extractiva com os restantes usos do solo.	Eventuais conflitos decorrentes da colisão da nova regulamentação com direitos adquiridos.
Projecto 4.6 – Planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas	Melhoria das condições de segurança na envolvente mais próxima e da qualidade dos ecossistemas. Preservação de locais de interesse geológico (Pedreira de Campo) e da sua envolvente. Diminuição do impacto visual e sonoro negativo na paisagem e aglomerados urbanos. Diminuição dos riscos de obstrução dos cursos de água e instabilidade das arribas costeiras.	A morosidade do processo podem implicar a imposição de intervenções prioritárias, no sentido da mitigação dos principais riscos imediatos para a segurança de pessoas e bens, e dos locais de valor geológico como a Pedreira de Campo.
Projecto 4.7 – Requalificação paisagística das ribeiras de São Francisco, de Sancho e de Poços	Melhoria da imagem urbana de Vila do Porto, da qualidade ambiental e da paisagem, e da segurança de pessoas e bens.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto.





Todos os projectos apresentam impactes positivos previsíveis. Assume particular destaque a valorização e preservação do território e a melhoria das condições de seguranças das populações, respectivamente no domínio ambiental e social. Outro aspecto significativo a realçar com impacto positivo decorre dos projectos que visam promoção do espaço público costeiro para fruição dos habitantes e visitante da ilha. Os impactes negativos identificados encontram-se associados aos projectos com intervenção em áreas sensíveis do ponto de vista geológico e paisagístico que requerem uma intervenção cuidada no sentido de que o impacto causado seja minimizado.

PROGRAMA 5 – PaleoParque de Santa Maria

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 5.1 – Preservação das jazidas fósseis de Santa Maria	Aumento do conhecimento científico sobre o recurso "Fósseis". Produção de artigos com mais-valias para a administração do "Parque Paleocultural de Santa Maria", com especial ênfase no merchandising associado à "Rota dos Fósseis" e aos produtos que deverão ser colocados à disposição dos visitantes da "Casa dos Fósseis".	
Projecto 5.2 – A "Rota dos Fósseis"	Defesa e valorização do património "Fósseis". Criação de riqueza na ilha de Santa Maria através de empregos a pessoas com qualificação superior (biólogos ou geólogos com funções de guias da Natureza / guias do "Parque"). Recuperação de património edificado, neste momento em estado de degradação (ex: Forte de São Sebastião na Prainha; casa típica na Pedreira do Campo).	
Projecto 5.3 – Educação e Sensibilização Ambiental	Criação de postos de trabalho no edifício sede do "Parque Paleocultural de Santa Maria", a designar por "Casa dos Fósseis". Recuperação de património edificado histórico (Forte de São Sebastião, para a instalação do Centro Interpretativo da Prainha) e de uma pequena casa rústica na Pedreira do Campo (para instalação do Centro Interpretativo da Pedreira do Campo e Figueiral), actualmente em estado de degradação. Promoção de um "produto verde" - os Fósseis de Santa Maria - único nos Açores, no mercado do ecoturismo, potenciando a entrada de divisas na ilha. Palestras anuais aquando dos Workshops. Livros de divulgação.	Não se prevêem impactos negativos, caso as visitas às jazidas sejam feitas com acompanhamento de guias especializados. Advoga-se um reforço da fiscalização, em particular no aeroporto.



O Projecto 5 de criação do PaleoParque de Santa Maria apresenta na sua globalidade impactos positivos na área do ambiente, sócio-economia e ainda na área da governação. De salientar o potencial existente com a implementação dos diferentes projectos do programa para a defesa e protecção do património "Fósseis" associado à componente científica de divulgação e investigação.

Não foram associados impactos negativos significativos a este Projecto.

PROGRAMA 6 – Intervenções em Zonas Balneares

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 6.1 – Plano da Zona Balnear da Prinha (ZB1)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactos negativos.
Projecto 6.2 – Plano da Zona Balnear da Praia Formosa (ZB2)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear e de usufruto da frente litoral pela população.	Não se prevêem impactos negativos.
Projecto 6.3 – Plano da Zona Balnear da Ponta do Castelo (ZB3)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear e recuperação e valorização das infra-estruturas com valor histórico.	Não se prevêem impactos negativos.
Projecto 6.4 – Plano da Zona Balnear da Piscina da Maia (ZB4)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	Não se prevêem impactos negativos.
Projecto 6.5 – Plano da Zona Balnear de São Lourenço (ZB5)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear.	
Projecto 6.6 – Plano da Zona Balnear da Piscina de Anjos (ZB6)	Melhoria das condições de utilização da zona balnear e da integração do existente no contexto local	Não se prevêem impactos negativos.

Foram identificados impactos positivos em todos os projectos. Promoção significativa da melhoria da qualidade de vida da população em consequência da melhoria das condições de utilização das zonas balneares e do aumento do número de zonas de recreio e lazer.

Não se prevêem impactos negativos com os projectos de intervenção das zonas balneares.



PROGRAMA 7 – Desenvolvimento e actividades económicas

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.1 – Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis	Fomento de uma actividade económica emergente para a qual a ilha parece ser particularmente vocacionada. Melhoria da qualidade de vida dos habitantes por introdução no mercado local de produtos agrícolas saudáveis e de produção local, diminuído a dependência da ilha de produtos vindos do exterior, enriquecendo e melhorando a dieta da população local. Melhoria da saúde pública por redução de contaminantes do solo e das águas (redução da poluição difusa).	Resistência por parte dos agricultores à alteração das rotinas e hábitos.
Projecto 7.2 – Reconversão de parte da frota inactiva para a actividade marítimo-turística	Sendo o turismo um importante promotor do desenvolvimento económico na ilha de Santa Maria, este projecto de diversificação da oferta turística da Ilha de Santa Maria poderá ter um efeito bastante positivo na atractividade turística desta ilha. Aumento da competitividade das empresas que efectuem percursos turísticos e transportes de pessoas e bens.	Aumento da perturbação de avifauna nas falésias e ilhéus em consequência do aumento do tráfego marítimo em torno das ilhas.
Projecto 7.3 – Promoção do turismo de natureza e rural (ecoturismo) – valores naturais e paisagísticos	Incremento da indústria do turismo. Desenvolvimento e regulação das Actividades Marítimo Turísticas, com impactos positivos na diversidade da oferta turística. Diminuição da sazonalidade da actividade turística; maior estabilidade do emprego associado à actividade turística; melhor distribuição do fluxo de visitantes de um território no espaço e no tempo; melhor qualidade dos serviços prestados; divulgação e valorização dos produtos de uma região; divulgação e valorização da ilha; maior ligação entre a actividade agrícola e a actividade turística; diversificação da oferta turística; dinamização do seu tecido económico, com especial incidência em pequenas e médias empresas locais; divulgação e sensibilização das populações residentes e dos visitantes para a preservação dos valores naturais.	Aumento da pressão turística. Incremento das visitas a locais sensíveis e utilização de zonas naturais classificadas.



PROGRAMA 7 – Desenvolvimento e actividades económicas (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.4 – Promoção de actividades artesanais		
Projecto 7.5 – Promoção de produtos turísticos	A diversificação da oferta turística através da aposta em produtos turísticos que confirmam mais valias poderá constituir uma forma de compensar algumas debilidades do sector turístico nesta ilha como por exemplo, reduzido tempo de estada e a reduzida taxa de ocupação na hotelaria tradicional.	
Projecto 7.6 – Incentivar a animação turística	As acções de animação turística, devido à sua notoriedade, poderão contribuir para o crescimento do sector turístico na Ilha de Santa Maria. Além disso, este tipo de acções poderão combater a tendência de decréscimo na importância dos residentes estrangeiros que visitam esta ilha.	
Projecto 7.7 – Promoção com destino ou escala para a náutica de recreio	Este projecto poderá contribuir para o aumento do número de turistas estrangeiros que visitam a Ilha de Santa Maria dado que o principal objectivo do mesmo é a divulgação daquela ilha como destino turístico.	
Projecto 7.8 – Recuperação de miradouros	Melhoria das condições de fruição de zonas de lazer já existentes e usadas pela população e de pontos turísticos importantes.	A melhoria das condições de fruição dos miradouros e aumento da sua capacidade de carga implica a necessidade de uma maior manutenção e limpeza dos espaços, que a não ser realizada poderá originar áreas degradadas.
Projecto 7.9 – Requalificação da área de lazer da Cascata do Avelro	Melhoria das condições de fruição de zonas de lazer já existentes e usadas pela população e de pontos turísticos importantes.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto.
Projecto 7.10 – Valorização do património histórico	Manutenção da identidade e património da Ilha de Santa Maria. Fomento do turismo cultural.	Degradação do património, caso a sua recuperação não obedeça a critérios técnicos e de qualidade.





PROGRAMA 7 – Desenvolvimento e actividades económicas (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 7.11 – Recuperação e valorização das vinhas em quartéis – São Lourenço	Recuperação e valorização de uma paisagem cultural de elevada qualidade, e minimização de riscos de erosão associados à degradação dos socacos e muros de contenção. Diversificação das actividades agrícolas. Conservação das actividades agrícolas, conservação da natureza e da paisagem cultural associada ao desenvolvimento económico e turístico sustentado.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto. A sua execução deverá ser faseada devido aos elevados custos implicados e aos estudos que são necessários levar a cabo.
Projecto 7.12 – Recuperação e valorização das vinhas em quartéis – Maia	Recuperação e valorização de uma paisagem cultural de elevada qualidade, e minimização de riscos de erosão associados à degradação dos socacos e muros de contenção. Diversificação das actividades agrícolas. Alia-se à conservação das actividades agrícolas, à conservação da natureza e da paisagem cultural e ao desenvolvimento económico e turístico sustentado.	Não se prevêem impactes negativos com este projecto. A sua execução poderá ser faseada devido aos elevados custos implicados.
Projecto 7.13 – Área urbana – vocação turístico-residencial – Praia Formosa	Enquadramento da gestão urbanística na Praia. Introdução de regras e parâmetros urbanísticos numa zona não infra-estruturada e com vocação residencial e turística.	A especulação imobiliária pode aumentar, caso não sejam implementados mecanismos de controlo dos preços e de transacção do solo. Incremento de intenções especulativas de construção que visam antecipar a concretização do projecto.

Os impactes positivos identificados decorrem da implementação dos projectos e incidem na sua maioria no domínio da sócio-economia. Estes projectos potenciam a diversidade turística, a melhoria das condições de visitação e ainda o aumento da competitividade empresarial local, em particular as actividades ligadas ao sector turístico que se encontram associadas à preservação e promoção do património natural da ilha.

Os impactes negativos previsíveis são, na sua maioria, no domínio do ambiente cuja significância não é relevante, uma vez que são temporários em decorrência do início da implementação das diversas acções. Reconhece-se também, o possível incremento na área da especulação imobiliária caso não sejam implementadas mecanismos de controlo do preço de transacção do solo.





PROGRAMA 8 – Infra-estruturas e Equipamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 8.1 – Ampliação e recuperação da rede viária municipal	Melhoria das condições de circulação e de segurança rodoviária. O melhoramento das acessibilidades desta ilha poderá contribuir para o aumento da circulação de pessoas e para um maior dinamismo económico e social da referida ilha.	Incómodos causados pelas obras.
Projecto 8.2 – Requalificação do percurso pedonal entre a Praia da Vigia da Areia e a Ponta negra	Melhoria e diversificação dos espaços de usufruto do litoral por parte da população e dos turistas. Melhoria das condições de acessibilidade aos terrenos e adegas existentes.	Não se prevêem impactos negativos com este projecto, caso se opte por uma intervenção adequada e integrada.
Projecto 8.3 – Requalificação do percurso pedonal junto à costa - Anjos	Melhoria e diversificação dos espaços de usufruto do litoral por parte da população.	Alteração das condições naturais existentes caso não se opte por uma intervenção integrada e mínima
Projecto 8.4 – Beneficiação e reforço das infra-estruturas de apoio à pesca	Este projecto poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento do sector das pescas na ilha de Santa Maria, um sector que, aliás, se encontra estagnado nesta ilha e que detém um peso reduzido relativamente à Região Autónoma dos Açores.	
Projecto 8.5 – Recuperação e requalificação de equipamentos destinados à prática da actividade piscatória	Promove uma maior dinamização do sector das pescas na Ilha de Santa Maria. Poderá aumentar o peso do sector da pesca na economia da ilha.	
Projecto 8.6 – Avaliação do impacto da construção da nova marina	Um estudo de Impacte Ambiental, pela sua natureza, pode constituir uma mais valia para a intervenção ao poder potenciar a maximização dos impactos positivos da intervenção e a minimização dos negativos.	Não existem impactes negativos.
Projecto 8.7 – Plano de manutenção da rede de portos	Aumento das condições de segurança e de operacionalidade.	Associáveis a obras: transporte de materiais, ruídos, formação de poeiras.
Projecto 8.8 – Portinho da Ponta do Castelo	Reabilitação de uma memória colectiva associada a actividades baleeiras. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território.	Associáveis a obras, com a particularidade de os acessos às mesmas serem muito problemáticos.
Projecto 8.9 – Porto de São Lourenço	Melhoria das condições de segurança e de acessibilidade ao plano de água.	Associáveis à construção: transporte de materiais, ruídos. Necessidade de futuras manutenções.





PROGRAMA 8 – Infra-estruturas e Equipamentos (cont.)

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 8.10 – Porto dos Anjos – requalificação e acessos	Melhoria e descongestionamento do acesso ao porto e da circulação automóvel.	Demolição de algumas habitações antigas com custos associados ao realojamento. Possibilidade de ocupação do espaço da costa entre o porto e a zona balnear.
Projecto 8.11 – Requalificação e reordenamento da plataforma da dependência do Porto – Vila do Porto	Qualificação do núcleo antigo de Vila do Porto por via do reordenamento e requalificação da plataforma na dependência do Porto.	Não se prevêem impactos negativos com a implementação do projecto.
Projecto 8.12 – Criação de uma área de equipamento de ante-praia na Praia Formosa	Manutenção de um espaço complementar à Zona Balnear que permite a criação de espaços e equipamentos de uso público. Qualificação de uma frente urbana litoral não consolidada.	A especulação imobiliária pode aumentar, caso não sejam implementados mecanismos de controlo dos preços e de transacção do solo. Incremento de intenções especulativas de construção que visam antecipar a publicação do POOC.
Projecto 8.13 – Qualificação do Parque de Campismo	Melhoria das condições de fruição de um equipamento utilizado pela população e pelos turistas, em termos de conforto bioclimático e qualidade visual da paisagem. Melhoria da oferta turística local.	Não se prevêem impactos negativos com este projecto.

Foram identificados, em todos os Projectos, impactes positivos com predominio na área do ambiente e economia. As acções previstas melhoram significativamente a qualidade de vida das populações tendo por base as múltiplas obras de valorização e requalificação dos espaços público e portuários e ainda, das intervenções propostas de incremento das actividades locais (sector agrícola e da pesca).

Os impactes negativos identificados são, de um modo geral, associados às obras respeitantes à implementação dos diferentes Projectos bem como, alterações pontuais das condições naturais, em particular da morfologia do terreno, em resultado da proposta de intervenção de requalificação dos espaços.



PROGRAMA 9 – Gestão, fiscalização normas e regulamentos

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 9.1 – Adequar a legislação existente à realidade da RAA, no que respeita a riscos geológicos	Melhoria das condições de segurança das populações. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria de qualidade ambiental da linha de costa e massas de água adjacente.	Eventual colisão de nova regulamentação com direitos adquiridos.
Projecto 9.2 – Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH	Registo da localização e características do tipo de actividade ou imóvel presente no domínio público hídrico.	
Projecto 9.3 – Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica	Melhoria da qualidade ambiental.	Atrasos na aplicação de medidas de protecção.
Projecto 9.4 – Fiscalização	Reforço da fiscalização. Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Diminuição de actividades ilegais nas áreas protegidas; melhoria da integridade de habitats e das espécies marinhas exploradas.	Possibilidade de resistência e incompreensão por parte da população.

Fortes impactes positivos no domínio da governação no que se refere ao apoio à tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território, incluindo o cumprimento do normativo existente (fiscalização). Na área social realça-se a melhoria significativa das condições de segurança das populações.

Os impactes negativos podem ser sintetizados no domínio da governação pois foram identificados como previsíveis os conflitos decorrentes de nova legislação.



PROGRAMA 10 – Monitorização

	IMPACTES	
	Positivos	Negativos
Projecto 10.1 – Monitorizar os impactes das alterações normativas e legislativas	Verificar o sucesso da legislação. Refinamento da legislação de modo a ser mais eficiente.	
Projecto 10.2 – Monitorização do recuo da orla costeira	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.3 – Monitorização da estabilidade das arribas do lugar dos Anjos	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.4 – Monitorização da estabilidade das arribas da Baía de São Lourenço	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.5 – Monitorização da estabilidade das arribas do lugar da Maia	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.6 – Monitorização da estabilidade das arribas da Ponta do Castelo	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.7 – Monitorização da estabilidade das arribas da zona da Praia Formosa	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.8 – Monitorização da estabilidade das arribas da Vila do Porto	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território. Melhoria da segurança da população e bens.	
Projecto 10.9 – Monitorização da sismicidade registada na ilha de Santa Maria	Melhoria da rede de vigilância sísmica dos Açores. Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil.	
Projecto 10.10 – Monitorização dos elementos meteorológicos relevantes para a gestão dos recursos hídricos	Melhoramento da gestão dos recursos hídricos e hidrológicos.	
Projecto 10.11 – Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos	Apoio aos decisores na gestão do ordenamento do território e de recursos hídricos.	
Projecto 10.12 – Monitorização ambiental das áreas protegidas	Melhoria da eficácia das medidas de protecção ambiental nas áreas protegidas e flora das mesmas. Detecção de ameaças e problemas, levantamento de acções prioritárias para a sua gestão.	
Projecto 10.13 – Monitorização das populações com maior interesse ecológico e/ou económico	Maior conhecimento do estado das populações e da sua evolução face às acções efectuadas.	



Em todos os projectos foram reconhecidos impactes positivos no domínio ambiental e da governação. Destacam-se os relativos a apoiar a tomada de decisão na área do ordenamento e gestão do território e ainda na melhoria da eficácia das medidas de protecção ambiental. No domínio social destaca-se a melhoria da segurança das populações e bens.

Não foram identificados impactes negativos associados aos projectos.





4. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A metodologia de base à avaliação em causa baseia-se na adopção do modelo proposto na Figura 1, que à semelhança do proposto por outros autores, se baseia no carácter participativo e na estruturação da análise. Não serão utilizadas metodologias complexas mas sim métodos expeditos.

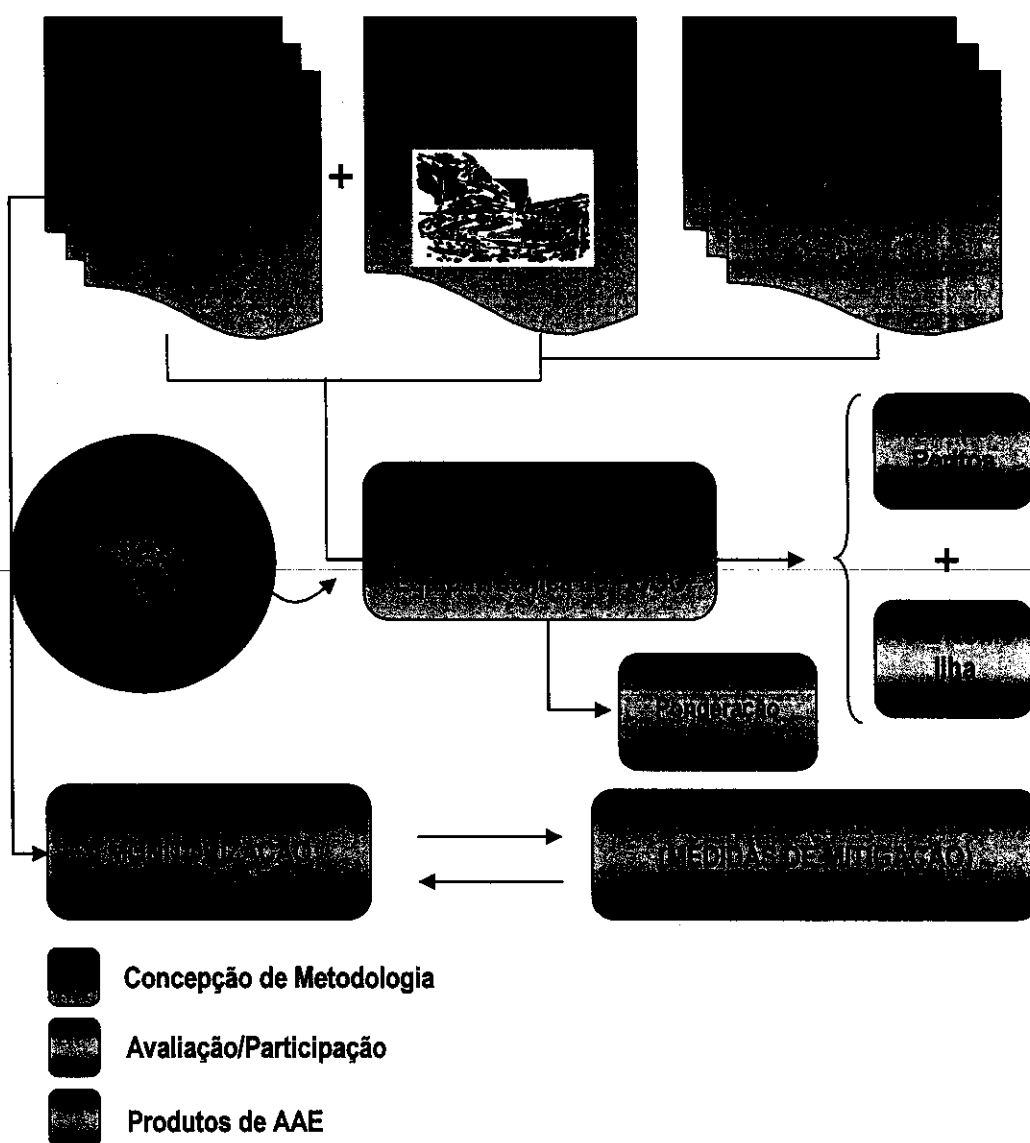


Figura 1. Modelo de Avaliação Ambiental Estratégica do POOC Santa Maria.



Os componentes do modelo estruturam-se em Fase de Concepção Metodológica, Fase de Avaliação e Produtos de AAE e são os seguintes:

Indicadores Chave – Apresentados na Fase II, possibilitaram a determinação do cenário a adoptar, constituindo também o cerne do sistema de monitorização com base nas retroacções pretendidas. São:

- População empregada residente por sector de actividade económica;
- Tratamento e destino final dos RSU e efluentes;
- Áreas de degradação paisagística;
- Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza;
- Área em perigo geológico;
- Orla costeira artificializada;
- Zonas balneares classificadas;
- Espaços para uso recreativo.

Modelo Territorial – representa, de forma georeferenciada, o zonamento pretendido para os usos e vocações preferenciais da Área de Intervenção (AI), dividida em duas zonas. A Zona A delimita um conjunto de áreas (terrestres e marinhas) que pela sua riqueza, importância ou vulnerabilidade deverão ter vocação de uso público com infra-estruturação programada. A Zona B engloba os restantes usos complementares, que asseguram o uso sustentável da orla costeira.

Objectivos Específicos – definidos pela Equipa do Plano e cumulativos aos Objectivos Gerais definidos na primeira fase, são os seguintes:

- Defender a preservação do património natural dos espaços insulares;
- Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico;
- Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos;
- Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico;
- Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha;
- Requalificar as áreas afectas a zonas balneares;
- Realizar propostas de intervenção em áreas prioritárias de risco geológico;



- Potenciar as actividades passivas de recreio e lazer ligadas ao mar;
- Promover o reforço de proximidade geográfica com a Ilha de São Miguel e a identidade do Grupo Oriental do Arquipélago dos Açores;
- Fomentar medidas que atenuem a sazonalidade de procura turística.

Critérios e Ponderação – estes dois elementos representam a estruturação da análise a efectuar. Baseiam-se na terminologia empregue usualmente em AIA (magnitude, carácter de reversibilidade e sentido dos impactes), matrizes de avaliação e nas metodologias de compatibilidade e coerência a construir.

Participação – Os elementos constituintes da participação e avaliação são: um grupo de Peritos a designar pela Comissão Executiva (CE) e Equipa do Plano, salvaguardando a independência da avaliação; os Fóruns de Ilha, neste momento em constituição e que pretendem representar as populações e os movimentos associativos locais.

Produtos de AAE – Estes constituem a materialização do processo de AAE: o relatório que apresenta as conclusões ponderadas da avaliação/participação; a proposta de medidas de mitigação para os impactes detectados e, o plano de monitorização que será implementado no decorrer da execução do POOC permitindo mecanismos de *feed-back* e o estabelecimento de novas medidas mitigadoras, se o sentido ou magnitude dos impactes se alterar.

O desenvolvimento desta metodologia pressupõe a estruturação dos critérios de análise e modelo de ponderação da avaliação sob a forma de uma Matriz de Impactes (Tabelas em anexo). É efectuada uma avaliação dos programas e projectos definidos no Programa de Execução e Financiamento do Plano, em relação: ao cumprimento dos objectivos propostos; à evolução dos indicadores; ao seu impacte nos domínios ou categorias ambientais, de acordo com a Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2007.

Os domínios/categorias ambientais são os seguintes: Biodiversidade, Fauna, Flora, População, Saúde Humana, Solo, Água, Atmosfera, Factores Climáticos, Bens Materiais, Património Cultural e Paisagem.

Para proceder ao preenchimento das Matrizes de Impactes, foi formado um painel de avaliação interdisciplinar, constituído por peritos de diversas áreas específicas, nomeadamente: Geologia; Conservação da Natureza; Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental; Economia. Para além destes, pela operacionalização do fórum de ilha, foram identificados alguns elementos representativos da população local.



4.1 – AVALIAÇÃO DAS MATRIZES

Da análise realizada pelos peritos, no seu conjunto, verifica-se que os programas propostos permitirão o cumprimento dos objectivos específicos do POOC, completa ou parcialmente. Desta avaliação apenas se destacam os valores que traduzem o não cumprimento da totalidade dos objectivos relativamente ao Programa 8 (Infra-estruturas e Equipamentos), nomeadamente: “Defender a preservação do património natural”, “Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico”, “Definir condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura de vinha”, “Intervenção em áreas prioritárias de risco geológico” e “Potenciar e requalificação e conservação dos núcleos urbanos”.

Apesar desta classificação, atribuída pelos peritos nas áreas de conservação da natureza, verifica-se que o cumprimento desses mesmos objectivos será garantido pelos restantes programas, não constituindo por isso um impacte significativo para o ambiente. A salientar ainda que a sua concretização irá viabilizar o desenvolvimento socio-económico e qualidade de vida da população.

O modo como se espera que os indicadores evoluam, em relação a cada um dos programas/projectos foi analisado pelos peritos, observando-se que na sua maioria sofrerão uma evolução positiva, o que se traduz numa melhoria significativa dos principais aspectos reflectidos na elaboração do plano.

No Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias) verifica-se claramente esta tendência, à excepção dos projectos 1.1 (Intervenção na área urbana de São Lourenço) e 1.9 (Área a consolidar – Zona da Laracha), que de acordo com alguns dos peritos da área da conservação, pode provocar a evolução negativa dos indicadores “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza” e “Orla costeira artificializada” dado que aumenta a sua expressão e conseqüentemente o impacte, sendo potencialmente prejudicial na preservação das condições naturais.

Também o Programa 2 (Prevenir / Mitigar riscos) tende a uma evolução positiva dos indicadores, à excepção dos anteriormente referidos, quando analisados numa perspectiva conservacionista e ainda das “Áreas de degradação paisagística” e “Áreas em perigo geológico”, segundo os peritos locais. Contudo, esta evolução traduz-se num melhoramento das condições ambientais e de segurança das populações e estabilidade do edificado, devendo o balanço e a conseqüente decisão ser uma opção da Administração.

Para o Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida) apenas se aponta a evolução negativa do indicador “Espaços para uso recreativo” relativamente ao projecto 3.8 (Preservação de habitats e espécies), numa perspectiva





conservacionista. Por outro lado os peritos locais apontam uma evolução negativa do indicador “Orla Costeira Artificializada”, relativamente aos projectos 3.1, 3.5 e 3.6.

No Programa 4 (Valorização paisagística) os peritos de conservação prevêm para uma evolução positiva dos indicadores, à excepção dos referentes a “População residente empregada”, “Zonas Balneares classificadas” e “Espaços para uso recreativo”, uma vez que a concretização dos projectos relativos à classificação e qualificação de locais de interesse geológico e biológico e à gestão das indústrias extractivas, apontam para a degradação das condições naturais e redução dos rendimentos provenientes da exploração de recursos naturais. Os peritos locais apenas apontam a evolução negativa de um indicador “Orla Costeira Artificializada” para alguns dos projectos em questão, demonstrando a importancia destes na manutenção ou qualificação dos espaços naturais.

Na execução do Programa 5 (PaleoParque de Santa Maria), de acordo com os peritos, verifica-se que o projecto 5.1 (Preservação das Jazidas Fósseis de Santa Maria) afectará negativamente os indicadores “Zonas Balneares classificadas” e “Espaços para uso recreativo”. Também o projecto 5.2 (a “Rota dos Fósseis”), ainda numa perspectiva conservacionista, condiciona os indicadores: “Áreas de degradação paisagística”, “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza” e “Área em perigo geológico”. Contudo, esta classificação para além de enaltecer a Paleontologia, situação única no arquipélago, traduz ainda o esforço na preservação das condições ambientais.

De acordo com todos os peritos, a execução do Programa 6 (Intervenções em Zonas Balneares) permitirá a manutenção ou evolução positiva dos indicadores relevantes do plano, considerando-se por isso adequado.

Na sua maioria os projectos do Programa 7 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) permitem uma evolução positiva de todos os indicadores, à excepção das “Áreas de degradação paisagística” e “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza”. Ficando representado deste modo a melhoria das condições ambientais, no primeiro caso, e a competição das actividades económicas versus espaços naturais, no segundo, principalmente no que se refere a projectos destinados ao turismo, numa perspectiva conservacionista.

Relativamente ao Programa 8 (Infra-estruturas e Equipamentos) salientam-se alguns dos indicadores com evolução negativa, mas que se traduz na melhoria dos espaços como é o caso do “Áreas de degradação paisagística”, de acordo com todos os peritos. Verificando-se ainda que este programa terá impactes sobre os indicadores “Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza” pela pressão que poderá exercer, e “Orla costeira artificializada” porque aumentará a sua expressão, segundo os peritos conservacionistas.



Numa perspectiva económica, a evolução do indicador “População residente empregada” manifesta, relativamente ao Programa 7 e Programa 8, uma evolução positiva significativa.

O Programa 9 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos) apresenta uma evolução positiva de todos os indicadores, numa perspectiva conservacionista.

De um modo geral, segundo os peritos locais, os projectos promoverão uma evolução relativamente ao domínio “bens materiais”, porque irá condicionar a sua expansão e assegurar o uso adequado com base nos requisitos legais e nas características biofísicas locais.

De acordo com todos os peritos, a execução do Programa 10 (Monitorização) permitirá a manutenção ou evolução positiva dos indicadores relevantes do plano, considerando-se por isso adequada a sua execução.

Analisando o impacte que os programas têm ao nível dos domínios anteriormente referidos, é possível observar que no que concerne ao Programa 1 (Intervenções em áreas prioritárias), na perspectiva dos peritos de conservação e locais, que alguns dos projectos causarão impacte negativo nos seguintes domínios: biodiversidade, fauna, flora, solo, e água. Contudo, numa primeira instância, será beneficiada a população e bens materiais, já que aumentará as condições de segurança. Verificando-se o mesmo em relação ao Programa 2 (Prevenir / Mitigar riscos), nomeadamente no que se refere à concretização do projecto 2.2 (Estabilização das arribas).

Quanto ao Programa 3 (Ambiente e Qualidade de Vida), particularmente no que se refere ao projecto 3.5 (Preservação dos habitats e espécies) o domínio “população” poderá sofrer um impacte negativo, uma vez que exigirá uma mudança de hábitos e atitudes por parte da comunidade em questão.

Verifica-se no Programa 4 que os projectos 4.5 e 4.6 relativos à recuperação e ordenamento de explorações da indústria extractiva, causarão um impacte negativo nos domínios “população”, “bens materiais” e “património cultural,” devido à implementação de regras de extracção e consequentemente a uma provável redução de rendimentos.

Relativamente ao Programa 5 verifica-se que terá um impacte positivo sobre todos os domínios, à excepção do projecto 5.2 que afectara, segundo os peritos de conservação da natureza, a biodiversidade, fauna e flora.





Analisando o impacto dos Programas 6 (Intervenções em Zonas Balneares), 7 (Desenvolvimento e Actividades Económicas) e 8 (Infra-estruturas e Equipamentos), verifica-se sob uma perspectiva conservacionista, que a maioria dos projectos que se destinam à exploração turística têm um impacto negativo em quase todos os domínios biofísicos considerados: biodiversidade, fauna, flora, solo, água e paisagem. Contudo há a necessidade de salientar que, sob o ponto de vista economicista e de desenvolvimento local, se verifica uma classificação positiva para os mesmos projectos.

No Programa 9 (Gestão, fiscalização, normas e regulamentos), sob o ponto dos peritos, verifica-se que o projecto 9.2 (Implementação de um modelo de gestão participada dos recursos e componente biológica) promoverá uma evolução relativamente ao domínio “bens materiais”, porque irá condicionar a sua expansão e assegurar o uso adequado com base nos requisitos legais e nas características biofísicas locais. zona.

De um modo geral, os peritos de conservação prevêem um impacto positivo causado pela implementação dos projectos do Programa 10 (Monitorização). Por outro lado, os peritos locais pressupõem impacto negativo para todos os projectos de monitorização de estabilidade das arribas, o que evidencia a melhoria das condições de segurança devido às intervenções previstas neste plano.

4.2 – DISCUSSÃO

Com base na análise realizada anteriormente, é possível constatar que o modelo de ordenamento da área de intervenção assenta num conjunto de opções estratégicas com consequências ao nível da gestão dos recursos naturais, definição de usos e no desenvolvimento de medidas que assegurem os padrões correntes de qualidade ambiental.

Os impactes da estratégia ambiental prosseguida pelo POOC podem ser qualificados e quantificados a diferentes níveis em função da sua própria natureza. Do modelo proposto ressaltam fundamentalmente as seguintes medidas: A protecção e valorização de áreas com especial interesse ambiental e dos recursos naturais, promovendo a sua utilização sustentável com base num modelo diversificado destinado ao usufruo da população residente e sazonal, na área de intervenção; A minimização e prevenção de situações de risco; Desenvolvimento de actividades económicas ambientalmente sustentáveis e; A divulgação, a sensibilização, a educação ambiental e a participação dos diferentes agentes de desenvolvimento local.





A concretização destas medidas é visível em muitas das apostas estratégicas contempladas no Plano, onde é possível destacar: Propostas de intervenção que visam de qualificação do território, especialmente através de medidas que visam o reforço da qualidade ambiental (por exemplo, o tratamento dos RSU); Delimitação das áreas fundamentais para a sustentabilidade da orla costeira, identificando os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, apostando na afectação de novas áreas com especial interesse ambiental a regimes de gestão específicos (Zona A); Redução de situações de risco criando condicionantes à construção, identificação de áreas críticas, propostas de requalificação e de valorização, acções de monitorização, eliminação de situações de risco potencial, através da proposta de redefinição das áreas urbanas programadas pelos PMOT em DH ou em zonas ameaçadas por riscos naturais); Requalificação e ordenamento de usos e de equipamentos potenciadores da utilização dos recursos presentes, através da definição de regras de utilização (construção, acessos, infra-estruturas, etc.) e de propostas de requalificação e intervenção em equipamentos com funções específicas da orla costeira (zonas balneares, circuitos pedestres, entre outras) e; Desenvolvimento de um plano de monitorização, que permita acompanhar e prever os impactes e a eficácia das acções mitigadoras do impacto.

A análise e avaliação das opções estratégicas sistematizada em torno dos principais eixos estruturantes objectivos do Plano, nomeadamente condições estruturais físicas intrínsecas, ecologia e ambiente; urbanização e edificação; vocações e dimensão cultural específica, infra-estruturas e estruturas diferenciadas, permitem avaliar as implicações das medidas de ordenamento propostas, em especial nas que mais directamente incidem sobre a protecção, valorização e exploração de recursos e nas políticas urbanas.

A conclusão permite a opção clara pelo apoio à estratégia subjacente ao Modelo de Intervenção do POOC. Pese embora, alguns detalhes que necessitarão de medidas mitigadoras desenvolvidas no âmbito dos Planos de Acção Específicos. No entanto, cumprido o primeiro passo significativo (identificação dos impactes negativos) as medidas serão sumariamente identificadas.

Ainda nesta fase, será apresentado o Plano de Monitorização do POOC, após introdução das últimas alterações. Este deve servir sobretudo para alertar para um tipo de impactes ainda não identificados: os que decorrem da deficiente ou inexistente implementação dos Planos.





ANEXO

Matrizes de Impacte – Avaliação Ambiental Estratégica

ANEXO

Matrizes Impacte Avaliação Estratégica Ambiental

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Santa Maria

LITOSOST

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC.

Programas	Projecto	Descrição
P1. Intervenções em áreas prioritárias	1.1	Intervenção na área urbana de São Lourenço
	1.2	Intervenção na área urbana da Maia
	1.3	Requalificação da frente urbana - Ponta das Eirinhas
	1.4	Orientações para a elaboração do Plano de Pormenor da Praia Formosa
	1.5	Intervenção na área urbana dos Anjos
	1.6	Requalificação da frente marítima dos Anjos
	1.7	Intervenção da frente litoral de Vila do Porto
	1.8	Orientações para a elaboração dos Planos de Pormenor de São Lourenço, Maia e Anjos
	1.9	Área a consolidar – Zona da Laracha (E da Praia Formosa)
	1.10	Área a consolidar – Zona da Terça (Norte da Baía da Maia)
P2. Prevenir / Mitigar riscos	2.1	Estudos de base relativos à erosão costeira e risco geológico
	2.2	Estabilização de arribas
	2.3	Elaboração de cartas de risco
	2.4	Manutenção conjunta das Infra-estruturas portuárias e de obras de defesa costeira
	2.5	Estabelecimento do perfil das massas de águas costeiras
	2.6	Melhoria das condições operacionais da Protecção Civil
	2.7	Estudo de retenção de areias (Praia Formosa e São Lourenço)
P3. Ambiente e Qualidade de Vida	3.1	Sistema de saneamento de Santa Maria
	3.2	Projecto de aterro sanitário, optimização de funcionamento da lixeira e recuperação paisagística da envolvente
	3.3	Melhorar a gestão de RSU
	3.4	Limpeza das zonas costeiras
	3.5	Preservação de habitats e espécies
	3.6	Educação e sensibilização ambiental
P4. Valorização paisagística	4.1	Recuperação paisagística da ZPE do Ilhéu da Vila e Costa Adjacente
	4.2	Recuperação ambiental e paisagística da Ponta do Castelo
	4.3	Qualificação da zona de interesse geológico e adaptação a local de interpretação ambiental (Pedreira do Campo)
	4.4	Classificação e qualificação dos locais de interesse geológico, biológico e paisagístico (Ponta da Malbusca-Piedade, Barreiro da Faneca, Baía da Cré, Gruta dos Anjos)
	4.5	Ordenamento de explorações da indústria extractiva
	4.6	Planos de recuperação paisagística e gestão das indústrias extractivas (Pedreira do Facho, Pedreira de Barreiros)
	4.7	Requalificação paisagística das ribeiras de São Francisco, de Sancho e dos Poços
P5. PaleoParque de Santa Maria	5.1	Preservação das Jazidas Fósseis de Santa Maria
	5.2	A "Rota dos Fósseis"
	5.3	Educação e Sensibilização Ambiental
P6. Intervenções em Zonas Balneares	6.1	Plano da Zona Balnear da Prainha (ZB1)
	6.2	Plano da Zona Balnear da Praia Formosa (ZB2)
	6.3	Plano da Zona Balnear da Ponta do Castelo (ZB3)
	6.4	Plano da Zona Balnear da Piscina da Maia (ZB4)
	6.5	Plano da Zona Balnear de São Lourenço (ZB5)
	6.6	Plano da Zona Balnear da Piscina dos Anjos (ZB6)

(cont.)

Tabela 1. Lista de programas e projectos proposta pelo POOC (cont.)

Programas	Projecto	Descrição
P7. Desenvolvimento e Actividades Económicas	7.1	Introdução de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis
	7.2	Reconversão de parte da frota inactiva para a actividade marítimo-turística
	7.3	Promoção do turismo de natureza e rural (ecoturismo) - valores naturais e paisagísticos
	7.4	Promoção de actividades artesanais
	7.5	Promoção de produtos turísticos
	7.6	Incentivar a animação turística
	7.7	Promoção como destino ou escala para a náutica de recreio
	7.8	Recuperação de miradouros (Forte de S. Brás na Vila do Porto, Miradouro de Macela, Ponta do Castelo, Maia, São Lourenço, Anjos)
	7.9	Requalificação da área de lazer da Cascata do Aveiro
	7.10	Valorização do património histórico
	7.11	Recuperação e valorização das vinhas em quartéis - São Lourenço
	7.12	Recuperação e valorização das vinhas em quartéis - Maia
	7.13	Área urbana - vocação turístico-residencial - Praia Formosa
P8. Infra-estruturas e Equipamentos	8.1	Ampliação e recuperação da rede viária municipal
	8.2	Requalificação do percurso pedonal entre a Praia da Vigia da Areia e a Ponta Negra
	8.3	Requalificação de percurso pedonal junto à costa - Anjos
	8.4	Beneficiação e reforço das infra-estruturas de apoio à pesca
	8.5	Recuperação e requalificação de equipamentos destinados à prática da actividade piscatória
	8.6	Avaliação do impacto da construção da nova marina
	8.7	Plano de manutenção da rede de portos
	8.8	Portinho da Ponta do Castelo (Baleeiro)
	8.9	Porto de São Lourenço
	8.10	Porto dos Anjos - qualificação e acessos
	8.11	Requalificação e reordenamento da plataforma na dependência do Porto - Vila do Porto
	8.12	Criação de uma área de equipamentos de ante-praia
	8.13	Qualificação do Parque de Campismo
P9. Gestão, fiscalização, normas e regulamentos	9.1	Adequar a legislação existente à realidade da RAA, no que respeita a riscos geológicos
	9.2	Manutenção de uma base de dados de apoio à gestão do DPH
	9.3	Implementação de um modelo de gestão ambiental participada dos recursos e valorização da componente biológica
	9.4	Fiscalização
P10. Monitorização	10.1	Monitorizar os impactos das alterações normativas e legislativas
	10.2	Monitorização do recuo da orla costeira
	10.3	Monitorização da estabilidade das arribas do lugar dos Anjos
	10.4	Monitorização da estabilidade das arribas da Baía de São Lourenço
	10.5	Monitorização da estabilidade das arribas do lugar da Maia
	10.6	Monitorização da estabilidade das arribas da Ponta do Castelo
	10.7	Monitorização da estabilidade das arribas da zona da Praia Formosa
	10.8	Monitorização da estabilidade das arribas da Vila do Porto
	10.9	Monitorização da sismicidade registada na ilha de Santa Maria
	10.10	Monitorização de elementos meteorológicos relevantes para a gestão de recursos hídricos
	10.11	Monitorização dos recursos hídricos e hidrológicos
	10.12	Monitorização ambiental das áreas protegidas
	10.13	Monitorização das populações com maior interesse ecológico e/ou económico

Tabela 2. Matriz de impactes Programas versus Objectivos específicos - Santa Maria.

Objectivos específicos* do POOC	Programas								
	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	P 6	P 7	P 8	P 9
Defender a preservação do património natural dos espaços insulares									
Definir critérios de prevenção para áreas de risco geológico									
Preservar o património natural e em especial os recursos marinhos									
Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico									
Estruturar condições de fruição e utilização de áreas com potencial paisagístico e de áreas de cultura tradicional de vinha									
Requalificar as áreas afectas a zonas balneares									
Realizar propostas de intervenção em áreas prioritárias de risco geológico									
Potenciar as actividades passivas de recreio e lazer ligadas ao mar									
Promover o reforço de proximidade geográfica com a ilha de São Miguel e a identidade do grupo oriental do arquipélago dos Açores									
Fomentar medidas que atenuem a sazonalidade de procura turística									

*Objectivos específicos descritos na Fase II.

Legenda

1. Completamente cumprido
2. Parcialmente cumprido
3. Não tem significado para o cumprimento do objectivo
4. Parcialmente anulado
5. Totalmente anulado

Tabela 3. Matriz de impactos Projectos versus Indicadores - Santa Maria.

Indicadores Fase II	Programas POOC																							
	Programa 1					Programa 2					Programa 3													
	Intervenções em áreas prioritárias					Prover / Melhorar / Recor					Ambiente e Qualidade de Vida													
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6	
População residente empregada por sector de actividade económica																								
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																								
Áreas de degradação paisajística																								
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																								
Área em perigo geológico																								
Orla costeira artificializada																								
Zonas balneares classificadas																								
Espacos para uso recreativo																								

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: O Programa X terá com que o indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 3. Matriz de impactos Projectos versus Indicadores - Santa Maria (cont.)

Programas POOC	Programa 4							Programa 5							Programa 6							Programa 7							
	Valorização paisagística							Folha Parque de S. Maria							Interações em ZNs							Desenvolvimento e Actividades Económicas							
	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	4.7	5.1	5.2	5.3	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	7.1	7.2	7.3	7.4	7.5	7.6	7.7	7.8	7.9	7.10	7.11	7.12	7.13
Indicadores Fase II																													
População residente empregada por sector de actividade económica																													
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																													
Áreas de degradação paisagística																													
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																													
Área em perigo geológico																													
Ora costeira artificializada																													
Zonas balneares classificadas																													
Espacos para uso recreativo																													

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X fará com que o indicador Y tenha uma Evolução :

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 3. Matriz de impactos Projectos versus Indicadores - Santa Maria (cont.)

Programas POOC Indicadores Fase II	Programa 8 Infra-estruturas e Equipamentos												Programa 9 Obras, Instalações, Áreas e Equipamentos				Programa 10 Monitorização															
	8.1	8.2	8.3	8.4	8.5	8.6	8.7	8.8	8.9	8.10	8.11	8.12	8.13	9.1	9.2	9.3	9.4	10.1	10.2	10.3	10.4	10.5	10.6	10.7	10.8	10.9	10.10	10.11	10.12	10.13		
	População residente empregada por sector de actividade económica																															
Tratamento e destino final de RSU e efluentes																																
Áreas de degradação paisajística																																
Nível de restrição em espaços de protecção e conservação da natureza																																
Área em perigo geológico																																
Orla costeira artificializada																																
Zonas balneares classificadas																																
Espacos para uso recreativo																																

*Indicadores descritos no Anexo I (Fase II)

Legenda

A tabela deve ler-se: O Programa X faz com que o Indicador Y tenha uma Evolução:

1. Positiva significativa
2. Positiva
3. Sem significado
4. Negativa
5. Negativa significativa

Tabela 4. Matriz de Impactes Projectos versus Domínios (Directiva 2001/42/CE) - Santa Maria

Programas POOC	Programa 1										Programa 2					Programa 3							
	Interacções em áreas prioritárias										Prevenir / Mitigar riscos					Ambiente e Qualidade de Vida							
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6	2.7	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6
Domínios																							
Biodiversidade																							
Fauna																							
Flora																							
População																							
Saúde Humana																							
Solo																							
Água																							
Atmosfera																							
Factores Climáticos																							
Bens Materiais																							
Património Cultural																							
Paisagem																							

Legenda

A tabela deve ler-se: "O Programa X tem um impacto ao nível do Domínio Y:"

1. Positiva Irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa Irreversível

Tabela 4. Matriz de Impactos Projectos versus Domínios (Directiva 2001/42/CE) - Santa Maria (cont.)

	Programa 4					Programa 5					Programa 6					Programa 7								
	Valorização paisagística					Paisagem de B. Marítima					Intervenções em ZEs					Desenvolvimento e Actividades Económicas								
	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	4.6	4.7	5.1	5.2	5.3	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6	6.7	6.8	6.9	6.10	6.11	6.12	6.13	
Domínios																								
Biodiversidade																								
Fauna																								
Flora																								
População																								
Saúde Humana																								
Solo																								
Água																								
Atmosfera																								
Factores Climáticos																								
Bens Materiais																								
Património Cultural																								
Paisagem																								

Legenda
 A tabela deve ler-se: O Programa X tem um impacto no nível do Domínio Y:

1. Positiva irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa irreversível

Tabela 4. Matriz de Impactos Projectos versus Domínios (Directiva 2001/42/CE) - Santa Maria (cont.)

Programas POOC Domínios	Programa 8 Infra-estruturas e Equipamentos														Programa 9 Obras, Realizações, obras e equipamentos					Programa 10 Monitorização											
	8.1	8.2	8.3	8.4	8.5	8.6	8.7	8.8	8.9	8.10	8.11	8.12	8.13	9.1	9.2	9.3	9.4	10.1	10.2	10.3	10.4	10.5	10.6	10.7	10.8	10.9	10.10	10.11	10.12	10.13	
	Biodiversidade																														
Fauna																															
Flora																															
População																															
Saúde Humana																															
Solo																															
Água																															
Atmosfera																															
Factores Climáticos																															
Bens Materiais																															
Património Cultural																															
Paisagem																															

Legenda
A tabela deve ler-se: O Programa X tem um impacto ao nível do Domínio Y:

1. Positiva Irreversível
2. Positiva reversível
3. Sem Impacto
4. Negativa reversível
5. Negativa Irreversível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DO MAR
Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

ANEXO II

POOC



VERSÃO FINAL DO PLANO

7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO AMBIENTAL E SOCIAL

PLANO DE ORDENAMENTO



Governo dos Açores



SECRETARIA REGIONAL
DO AMBIENTE E DO MAR
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

The logo consists of the letters 'LI+O' in a white, bold, sans-serif font, centered within a solid black rectangular background.

LI+O

**Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social,
Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia**

Iniciativa Comunitária INTERREG III B 2000-2006

Açores-Madeira-Canárias





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Helena Calado
João Porteiro
Margarida Pereira
Andrea Zita Botelho

COORDENAÇÃO EXTERNA

Fátima Alves

COORDENAÇÃO INTERNA

Susana Lacerda

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Carlos Silva

SIG

Pedro Monteiro
António Medeiros

JURISTAS

José Cunhal Sendim
António Lorena de Séves

ARQUITECTURA, URBANISMO E PAISAGISMO

Pedro Mora Porteiro
Cláudia Ávila Gomes
Arnaldo Raposo

DINÂMICA E DEFESA COSTEIRA

Fernando Veloso Gomes
Francisco Taveira Pinto

BIOLOGIA / ENGENHARIA DO AMBIENTE

Ana Cristina Costa
Maria Ana Dionísio
Nelson Santos
Pedro Raposeiro
Pedro Rodrigues
Sandra Monteiro
Vera Malhão

PALEOBIOGEOGRAFIA MARINHA

Patrícia Madeira
Sérgio Ávila

GEOCIÊNCIAS

José Pacheco
Rui Coutinho
Nicolau Wallenstein
Adriano Pimentel
Rita Marques
Rui Marques

PLANEAMENTO / GEOGRAFIA

Helena Caiado
João Porteiro
Margarida Pereira
Fátima Alves
Andrea Zita Botelho
Susana Lacerda
Adriano Quintela

ECONOMIA

Mário Fortuna
Francisco Silva
Ricardo Cabral

COLABORADORES

Elvira Lameiras Pereira
Bruno Couto Rangel



ÍNDICE

ÍNDICE DE VOLUMES

- VOLUME 1. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS
- VOLUME 2. SÍNTESE E MODELO DE INTERVENÇÃO
- VOLUME 3. PLANOS DE ZONAS BALNEARES
- VOLUME 4. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO
- VOLUME 5. RELATÓRIO AMBIENTAL
- VOLUME 6. PLANO DE MONITORIZAÇÃO
- VOLUME 7. RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

ÍNDICE

VOLUME 7 – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1 – INTRODUÇÃO	1
2 – FASEAMENTO DO PLANO	3
3 – CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	5
3.1 – Metodologia	5
3.2 – Faseamento	10
3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais	11
3.2.2 – Fórum do Litoral I	13
3.2.3 – Fórum do Litoral II	17
3.3 – Conclusão	22
4 – DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações	23
5 – PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES	24
6 – SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO	26



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública



RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório cumpre os requisitos estipulados no contrato de elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) da Ilha de Santa Maria e na proposta metodológica elaborada pela Equipa do Plano. O seu principal objectivo reside na descrição do processo de Participação Pública, com ênfase para a fase de Discussão Pública.

Os elementos constituintes do POOC Santa Maria estiveram em Discussão Pública no período de 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Janeiro de 2008, podendo ser consultados nos seguintes locais:

- Câmara Municipal de Vila do Porto;
- Serviços de Ambiente de Santa Maria;
- Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

Para além destes locais, a Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) disponibilizou na Internet (<http://www.pooc.org>; <http://www.azores.gov.pt/portal/pt/temas/cidadao/ambiente>) os seguintes elementos do Plano:

- Regulamento;
- Planta de Síntese;
- Planta de Condicionantes;
- Modelo de Intervenção;
- Plano de Zona Balnear;
- Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- Relatório Ambiental;
- Resumo Não Técnico;
- Fichas de Participação.



O presente relatório encontra-se estruturado em seis capítulos. No capítulo 1 é realizada a introdução ao tema e define-se o conteúdo dos capítulos que dão corpo ao presente relatório. No capítulo 2, são apresentadas as diversas fases do POOC. No capítulo 3 descreve-se a metodologia utilizada e abordam-se os documentos utilizados para a Participação Pública. Identificam-se os participantes no processo. No capítulo 4 dá-se ênfase à Discussão Pública, onde é realizada uma sistematização e análise das participações apresentadas abordando-se a ponderação. No capítulo 5 ponderam-se as sugestões/reclamações, descrevendo-se a sua relevância no sentido de serem incorporadas no POOC. No capítulo 6 efectua-se uma síntese de todas as alterações efectuadas no Plano.





3. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.1 – METODOLOGIA

A importância que é dada ao papel da Participação Pública neste plano é evidenciada pelo facto de, para além dos processos de Participação Pública previstos nos termos da lei, ter sido considerada na metodologia geral de elaboração do Plano, a constituição de Fóruns do Litoral na ilha. A configuração destes Fóruns previu que o seu funcionamento ocorresse de acordo com a metodologia de uma Agenda XXI Local, permitindo um processo participativo e integrador dos vários interesses da comunidade.

No caso presente do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria, e como consequência da mais valia dada à Participação Pública neste Plano, esteve presente em 3 das 4 Fases da elaboração do Plano, com tarefas e metodologias distintas, de acordo com os objectivos que se pretendiam atingir e seguindo o esquema proposto para a elaboração do Plano (Figura 1).

Foram também desenvolvidas acções complementares para combater uma eventual adesão diminuta dos actores locais ao processo de Participação Pública. Neste sentido foi criado, em permanência, no sítio da Internet dedicado aos Planos de Ordenamento (www.pooc.org), uma Plataforma Web, exclusivamente dedicada à Participação Pública estruturada em duas partes distintas.



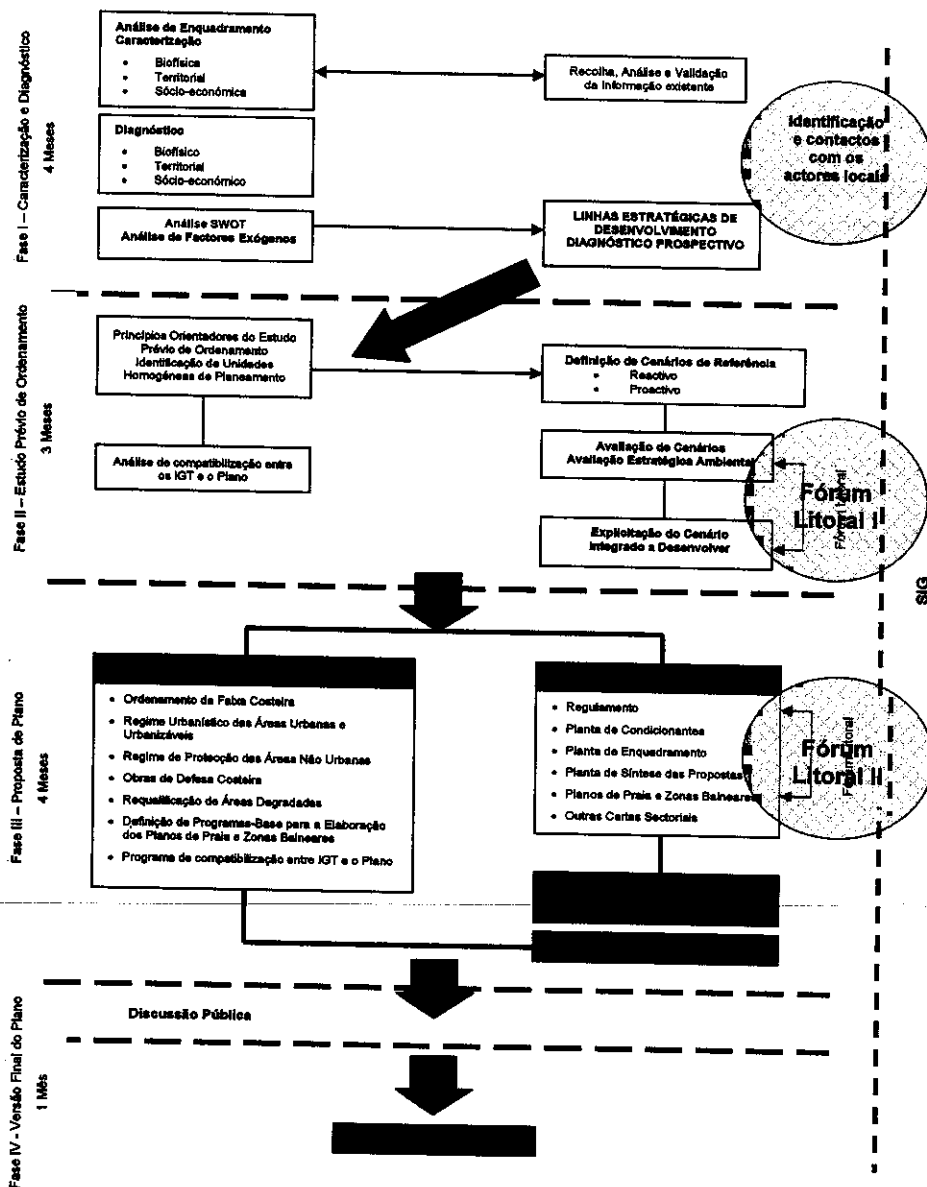


Figura 1. Metodologia de Elaboração do Plano.

Além da informação disponibilizada em relação ao Plano, existia a possibilidade de se enviarem comentários através de uma ficha de participação que, em moldes convencionais, convidava os participantes a enviar comentários ou colocar questões sobre o Plano. Em paralelo foi criado um Fórum permanente de discussão onde todos os interessados se puderam registar e, de forma interactiva, enviar comentários ou mesmo discutir opiniões enviadas



por outros membros. Pretendeu-se assim criar um dinamismo e transparência onde o acesso à informação era claro, bem como as reacções em relação ao andamento dos trabalhos (Figura 2).

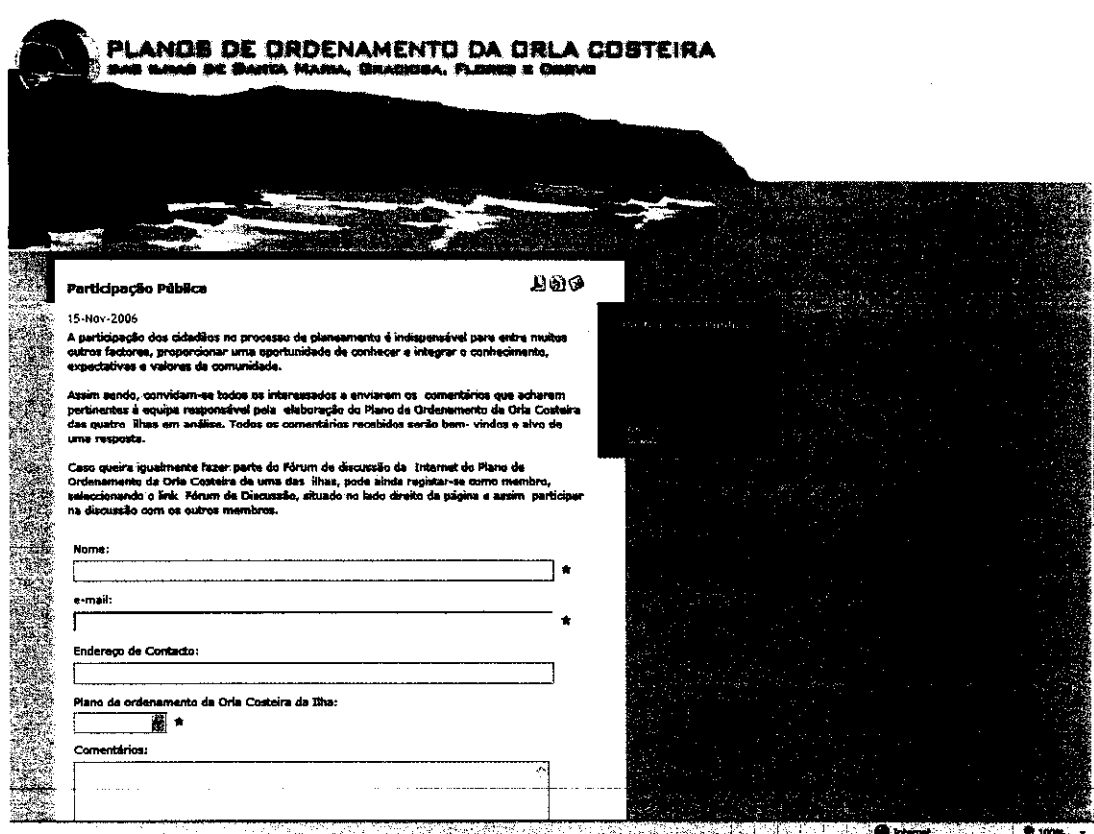


Figura 2. Plataforma Web criada para a Participação Pública.

De forma a ser conduzido de maneira mais independente, todo o processo foi coordenado por um elemento que só teve como função a dinamização e coordenação do processo de Participação Pública, não tendo qualquer tipo de intervenção nas outras etapas de elaboração do Plano. Todas as reuniões públicas foram conduzidas por este elemento que também contou com a presença de coordenadores da equipa responsável pela elaboração do Plano, para darem conta do andamento dos trabalhos, prestar todos os esclarecimentos e responder a dúvidas e questões que os elementos do Fórum acharam pertinentes.





A Plataforma Web, convidava os seus utilizadores a registarem-se de forma a poderem receber informação sobre o andamento dos trabalhos, nomeadamente os anúncios de realização das sessões de Participação Pública. Decorrendo simultaneamente com a realização dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo, e embora fosse pedido explicitamente que o fizessem, a maior parte dos utilizadores registados não fez uma opção por nenhuma das 4 ilhas, optando por receber informação sobre todas.

No final da elaboração dos planos, antes da fase de Discussão Pública estavam registados 74 utilizadores no Fórum de Discussão dos Planos de Ordenamento das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Em relação ao Plano da Ilha de Santa Maria mostrando já algum dinamismo, foram colocadas 2 questões específicas por parte de um dos utilizadores, que tinham como objectivo o problema da areia na área da Praia.

Como factor de divulgação foram feitos mais de 200 folhetos (Figura 3) pela Câmara Municipal de Vila do Porto, pela Ecoteca e ainda pelos Serviços Regionais de Ambiente, que pretendiam não só chamar a atenção para a elaboração do Plano, mas também servir de veículo de informação sobre os objectivos de um Plano desta natureza.





Expresse a sua opinião sobre o Fórum:

Entregue por favor no final da Sessão ao Moderador



Participação Pública



A sua participação é fundamental

A população tem o direito e o dever de se posicionar perante as possíveis mudanças na orla costeira da Ilha de Santa Maria

Visite o site: <http://www.poooc.org>
Registe-se, participe e envie comentários

Para mais informações:

Carlos Pereira da Silva
carlosv@chaui.net

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Av. Berna 25C
1069-061 Lisboa
Tel: 21 7908300

Margarida Pereira
margaridap@chaui.net

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Av. Berna 25C
1069-061 Lisboa
Tel: 21 7908300

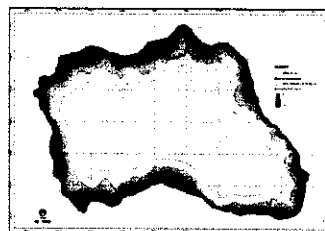


Iniciativa Comunitária
INTERREG III B 2000-2006
Açores-Madeira-Canárias



Plano de Ordenamento
da Orla Costeira

Orla Costeira
SANTA MARIA



Proteger e Desenvolver



Projeto Sustentável de Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia

PLANO DE ORDENAMENTO

O que é um Plano de Ordenamento ?

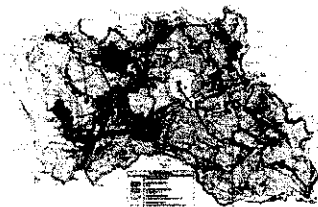
Um Plano de Ordenamento é um instrumento que regulamenta os Usos do Solo.

• Usos do Solo

Ocupação dada às parcelas do território: agrícola, urbano, lazer

• Regularizar

Regularizar é ditar as regras de utilização do solo



Qual a sua função ?

Qualquer Plano de Ordenamento tem como objetivo encontrar a melhor maneira de utilizar, transformar e ocupar o território, tendo em conta as necessidades da população e a preservação dos recursos naturais

PARTICIPAÇÃO

✓ Todos podem e devem participar no Plano de Ordenamento.

✓ Serão consideradas as preocupações e as expectativas da população.

✓ A população local é quem conhece melhor os problemas existentes

Fórum de Participação Pública

Identificação e análise de ideias para a resolução dos problemas identificados e valorização das potencialidades

Visão de Futuro

Desenvolvimento Sustentável da Orla Costeira

POOC

Plano de Ordenamento da Orla Costeira

Os POOC, surgem como um instrumento enquadrador que pode conduzir a uma melhoria, valorização e gestão dos recursos presentes no litoral.

Área de Intervenção

Uma faixa ao longo do litoral, a qual se designa por zona terrestre de protecção, cuja largura máxima é de 500m, contados a partir do limite de margem das águas do mar, ajustável sempre que se justifique, e uma faixa marítima de protecção que tem com limite inferior a batimétrico de -30m.



Objectivos gerais dos POOC

- ✓ Ordenar os diferentes usos e actividades;
- ✓ Classificar as praias e regularizar o uso balnear;
- ✓ Valorizar as praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- ✓ Orientar o desenvolvimento de actividades específicas de orla costeira;
- ✓ Defender a conservação da natureza.

Os POOC preocupam-se, especialmente com a protecção e integridade biofísica do espaço, com a valorização dos recursos existentes e a conservação dos valores ambientais e paisagísticos.

Figura 3. Folhetos distribuídos para a Participação Pública.





Finalmente, foram produzidos posters em formato A3 (Figura 4), que serviram para publicitar as reuniões do Fórum, que foram afixados em locais públicos nos dias anteriores à realização das sessões, de forma a possibilitar, em conjunto com contactos telefónicos e correio electrónico, a mobilização do maior número de pessoas possível.



Participação Pública

Fórum II – LITORAL

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – SANTA MARIA

3 de Julho – 20h30

Local: Igreja de Nossa Senhora da Victória
(Entrada livre)

Contactos:
Carlos Pereira de Silva – cpesilva@fcoeh.unl.pt
Margarida Pereira – ma.pereira@fcoeh.unl.pt

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Geografia e Planeamento Regional
Av. Berna 28C
1069-061 Lisboa
Tel. 217968300

Universidade dos Açores
Departamento de Biologia
Secção de Geografia
Rua Mãe de Deus
9501-855 Ponta Delgada
Tel. 288820115

Visite o site e participe:
<http://www.pooc.org>

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Instituto Comunitário INTERREGIO III B 2000-2006
Açores-Madeira-Canárias

Gestão Sustentável do Desenvolvimento Social, Económico e Ecológico das Áreas Litorais da Macaronésia

Figura 4. Poster de publicitação da 2ª Sessão do Fórum Litoral.

3.2 – FASEAMENTO

Como referido anteriormente, a Participação Pública esteve presente em 3 das 4 fases de elaboração do Plano com objectivos diferentes em cada uma delas.



- Fase I – Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual
Identificação e contacto com as entidades e indivíduos passíveis de integrar o Fórum de cada uma das ilhas.
- Fase II – Estudo Prévio de Ordenamento
1ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas.
- Fase III – Proposta de Plano
2ª Reunião do Fórum em cada uma das ilhas e Discussão Pública.

3.2.1 – Identificação e contactos com os actores locais

Esta etapa decorreu na **Fase I do Plano** (Caracterização e Diagnóstico da Situação Actual) tendo-se efectuado a identificação preliminar dos interesses (grupos ou indivíduos que podiam afectar a gestão e as decisões a tomar). Durante todo o trabalho de campo, que decorreu no mês de Julho, de 2006, foram contactados os agentes e entidades passíveis de integrar o Fórum do Litoral de Santa Maria. Foram ainda conduzidas entrevistas, que permitiram conhecer as diferentes sensibilidades envolvidas bem como as posições em relação às questões ligadas ao Ordenamento da Orla Costeira.

Nesta fase em relação à Ilha de Santa Maria foram identificadas cerca de 60 agentes e entidades que foram contactados na sua maioria para auscultar a sua opinião sobre os problemas e expectativas da Orla Costeira. Posteriormente estes contactos foram também utilizados na altura dos fóruns, para mobilização dos cidadãos.

Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha de Santa Maria.

Agentes e Entidades Identificados na Ilha de Santa Maria
ANA - Aeroportos de Portugal SA
J Costa & Filhos, Lda
Micaelense-Agência de Viagens e Turismo, Lda
Associação Juvenil da Ilha de Santa Maria
Associação de Pescadores da Ilha de Santa Maria
Círculo de Amigos de São Lourenço



Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha de Santa Maria (cont.)

Agentes e Entidades Identificados na Ilha de Santa Maria
Casa do Povo de São Pedro
Clube dos Amigos e Defensores do Património-Cultural e Natural de Santa Maria
Associação Os Amigos da Maia
Casa do Povo de Santo Espírito
Salvaterra-Associação p/ o Desenvolvimento de Solidariedade Social Mariense
Associação Cultural Maré Agosto
André Bairos Moura
Casa do Povo de Almagreira
Corpo Nacional de Escutas
Escuteiros do Aeroporto
Agrupamento Nacional de Escutas
Arde-Associação Regional p/ o Desenvolvimento
Casa do Povo de Santa Bárbara
Centro de Jovens Naturalistas
Bombeiros Voluntários de Santa Maria
Clube Naval de Santa Maria
Sata Air Açores-Serviço Açoreano de Transportes Aéreos, EP
Lídio José Carvalho Sousa, Lda
Fernando Dias da Silva Unipessoal, Lda
Camilo & Machado-Construções, Lda
Escola Básica Integrada /S de Santa Maria
Hotel 5
Hotel Praia de Lobos
Hotel Colombo
Hotel Santa Maria
Apartamentos Turísticos Mar e Sol
Ilhas Valor, SA
Bensaúde, SA
Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
Assembleia Regional dos Açores
Junta de Freguesia Santo Espírito
Junta de Freguesia de São Pedro
Junta de Freguesia de Almagreira
Junta de Freguesia Vila Porto
Junta de Freguesia de Santa Bárbara
Jornal O Baluarte de Santa Maria



Tabela 1. Agentes e Entidades identificados na Ilha de Santa Maria (cont.)

Agentes e Entidades identificados na Ilha de Santa Maria
João Sousa Braga
Lotaçor-Serviço de Lotas dos Açores SA
Garajau - empreendimentos marítimo - turísticos, Lda
Instituto de Meteorologia IP
João L Cabral Botelho
Esso Portuguesa, Lda
Direcção de Faróis
Capitania do Porto de Vila do Porto
Clube Asas do Atlântico
Ilha do Sol Rent-a-Car
Rent-a-Car Ilha Verde
Rent-a-Car Mariense
António M Lopes Cabral
Centro Sindical Mariense
Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sui e Açores
Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, Lda
Atlânticoline, S.A.
Paralelo 37-Actividades Marítimo Turísticas, Lda
Montealma-Investimentos Turísticos SA
Carinumar-Agroturismo Sociedade Unipessoal, Lda
Quinta Monte Santo
João Bairos Amaral
Barroco & Marçal, Lda
Wahoo Diving - Robert Mindertein

3.2.2 – Fórum do Litoral I

O I Fórum do Litoral de Santa Maria efectuou-se na **Fase II do Plano** (Estudo Prévio de Ordenamento) e realizou-se no dia 22 de Fevereiro de 2007, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória. Esta primeira sessão centrou-se nos representantes de alguns grupos de interesse (actores locais), informando-os da elaboração do plano, esperando posteriormente que fossem eles próprios veículos de divulgação. Foram convidadas cerca de sessenta entidades/actores locais identificados, tendo comparecido 5. A sessão teve início às 17.45h e foi finalizada pelas 19.15h, tendo uma duração de 1h e 30 minutos.





Para além de informar os agentes sobre o plano, nesta sessão foram aplicadas metodologias que permitissem criar um grau de interactividade com os participantes de forma a recolher o maior número possível de perspectivas da realidade local por quem a vive mais de perto. Assim, começou-se por explicar de forma breve o que é o Plano, os seus objectivos gerais, a organização e toda a informação existente até então, bem como, apresentar o Fórum, os seus objectivos e a sua forma de funcionamento.

A participação propriamente dita, decorreu de forma livre e informal permitindo identificar aspirações, problemas, potencialidades, obstáculos, não só de forma genérica mas sempre que possível espacializando as questões através da utilização de mapas.

Por último, tentou-se chegar a consensos, hierarquizando as questões abordadas, delineando as principais conclusões da sessão de forma a transmiti-las à equipa.

De acordo com o explicitado na metodologia, a estrutura das sessões estava dividida em 6 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. A Participação Pública no respectivo Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
3. O enquadramento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira;
4. Apresentação do Diagnóstico Sectorial da 1ª Fase;
5. Visão de Futuro;
6. Validação de Ideias-chave.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 5 (Visão de Futuro) e 6 (Validação de Ideias-chave) que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Para o ponto 5 foi pedido aos participantes que indicassem a sua visão da ilha, sendo para isso questionados sobre as mudanças registadas na ilha, nos últimos 20 anos, o que achavam que iria mudar nos próximos dez anos e o que gostariam que mudasse (Tabela 2).





Tabela 2. Visão da Ilha de Santa Maria.

Mudanças últimos 20 anos	Mudanças Futuras	Mudanças desejadas
Emigração	Mais Turismo	Fixação dos Jovens
Agricultura	Declínio da agricultura	Mais Turismo

Nos últimos anos tem-se assistido a uma saída da população jovem, problema considerado importante para o desenvolvimento da ilha e que tem sido acompanhada por mudanças na agricultura, Por um lado as ajudas comunitárias permitiram um investimento na pecuária, mas ao mesmo tempo no caso da vinha assistiu-se a um declínio da actividade em função dos custos acrescidos desta actividade e também das expectativas imobiliárias decorrentes da sua localização privilegiada.

No que diz respeito às mudanças que acham que terão lugar, existem expectativas em relação ao turismo, que é um sector considerado chave para a ilha, acompanhado por um declínio da actividade agrícola, função do fim das ajudas comunitárias e das acrescidas dificuldades de manutenção de actividades tradicionais como é o caso da vinha.

Por fim em relação às mudanças desejadas, como seria expectável, tentam responder aos problemas detectados. Assim deseja-se que se consiga inverter, ou pelo menos parar a saída de população jovem para o exterior e um maior desenvolvimento da actividade turística.

Enquadrada ainda nesta visão de futuro foi solicitado aos presentes que num mapa fossem indicados os locais mais e menos atractivos da ilha, bem como o local preferido para residir, de forma espacializar as áreas mais valorizadas e problemáticas.

Assim parece lógico esperar que as mudanças desejadas para o futuro sejam a melhoria dos transportes, que permita atrair o turismo, favorecendo os movimentos centripetos e assim cortar os movimentos centrífugos da população mais jovem para fora da ilha desvitalizando-a.

Enquadrada ainda nesta visão de futuro foi solicitado aos presentes que num mapa fossem indicados os locais mais e menos atractivos da ilha, bem como o local preferido para residir, de forma a espacializar as áreas mais valorizadas e problemáticas (Figura 5).

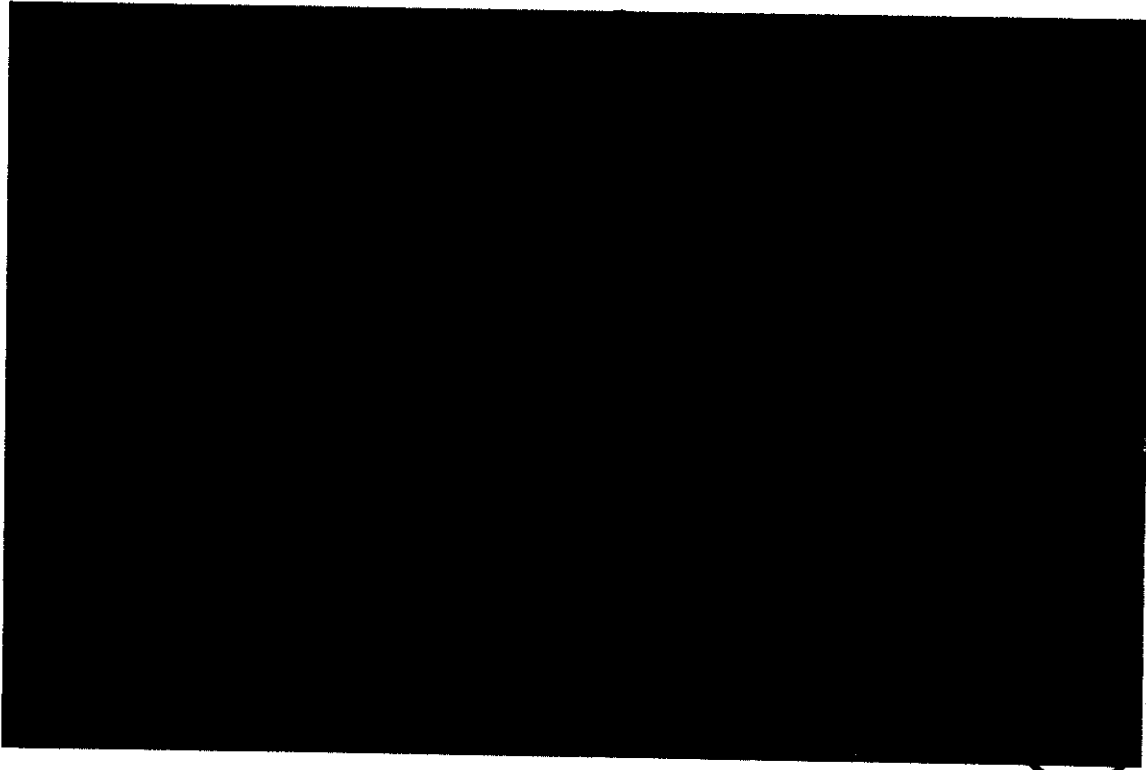


Figura 5. Locais mais atractivos (Verde), mais problemáticos (laranja) e preferidos para residir (azuis) na Ilha de Santa Maria.

Os resultados obtidos foram extremamente interessantes, coexistindo em dois locais a indicação de locais mais atractivos e problemáticos. Foram os casos de S. Lourenço e Praia. São assim considerados por serem locais de grande qualidade ambiental e paisagística, com grande aptidão para o recreio e lazer nomeadamente a prática balnear. São consideradas áreas mais problemáticas pois, no caso da Praia, existem problemas de erosão, com emagrecimento da praia e ainda um crescimento imobiliário que pode por em causa as características da área. Em São Lourenço são os problemas de erosão decorrentes da instabilidade das arribas que a transformam em área mais problemática, o que é acentuado pela procura turística que regista.

Ainda se deve destacar a ponta do Castelo perto da Baixa Sul, que em função da sua paisagem é considerada como um dos locais mais atractivos da ilha.

Por fim, os participantes foram convidados a indicar o que consideravam ser os pontos mais positivos e os mais negativos na sua ilha (Tabela 3).

Tabela 3. Pontos Positivos e Negativos Apontados.

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Zonas Balneares	Poluição
Património Natural	Pressão imobiliária
	Erosão

O facto da ilha apresentar zonas balneares com areia, como é o caso da Praia é um dos factores de singularidade da ilha, quando confrontada com as outras, que em conjunto com o Património Natural, são os aspectos mais positivos, em particular quando existem muitas expectativas em relação ao desenvolvimento turístico. Porém a poluição, a falta de consciencialização ambiental, a erosão e a pressão imobiliária, são aspectos que podem comprometer o desenvolvimento turístico.

No final da sessão, para concluir, foram apresentadas várias frases-chave, retiradas da fase de caracterização e diagnóstico, que foram validadas na sua quase totalidade pelos participantes. Apontaram-se algumas imprecisões que foram bastante importantes para acertar o quadro de referência e assim partir de uma base sólida para a fase de propostas de intervenção.

Os resultados obtidos, na primeira sessão, atingiram os objectivos pretendidos. Toda esta informação foi, como previsto, transmitida à Coordenação do Plano que a teve em consideração na elaboração das fases subsequentes.

3.2.3 – Fórum do Litoral II

Na Fase III da elaboração do Plano (Proposta de Plano) decorreu a segunda sessão do Fórum Litoral do Santa Maria (3 de Julho de 2007), na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, onde foram apresentadas e discutidas as orientações prévias em termos de ordenamento da área de intervenção, com base no cenário de desenvolvimento adoptado, bem como as propostas de Zonas Balneares.

Durante esta sessão foi distribuída uma ficha de participação (Figura 6), que permitiu ter também a sensibilidade da população presente sobre alguns dos aspectos que a equipa pretendia validar. Esta segunda sessão contemplava toda a população, não se focando apenas nos agentes como tinha acontecido na primeira. Assim pareceu de grande importância recolher informação, que também já tinha sido tratada no primeiro Fórum, para confrontar pontos de



vista e perceber se as estratégias que estavam a ser seguidas, pela equipa do plano, estavam de acordo com as preocupações gerais.

Em relação ao primeiro Fórum a informação fornecida foi mais detalhada e as opiniões centraram-se na orla costeira e não de uma forma genérica por toda a ilha como aconteceu na primeira sessão.



Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Santa Maria
LITOSOST

II Fórum do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de St.ª Maria

Igreja da Nossa Senhora da Vitória

3 de Julho de 2007
20.30h

A Participação de todos é importante. Por favor responde ao inquérito da forma a conheceres a tua opinião sobre alguns aspectos importantes para o Plano de Ordenamento da Orla Costeira de St.ª Maria.

1. Qual é, na tua opinião o principal problema da Orla Costeira de St.ª Maria?

2. Qual é a área da Orla Costeira de St.ª Maria que considera ter mais problemas? **Resposta:** _____

3. Como classifica as seguintes questões no que diz respeito a St.ª Maria?

(1- Nada Importante, 2- Pouco Importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5 – Muito Importante)

Questões	1	2	3	4	5
Crescimento da Construção					
Erosão da linha de Costa					
Envelhecimento da População					
Perda de Areias					
O Nº de Áreas Protegidas					
Crescimento do Turismo					



Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Santa Maria
LITOSOST

4. Qual a tua opinião em relação à importância dos seguintes objectivos do POOC da Ilha de St.ª Maria.

(1- Nada Importante 2- Pouco Importante, 3- Não sabe, 4- Importante, 5 – Muito Importante)

OBJECTIVOS	1	2	3	4	5
Reequilibrar normas para a implantação de novas edificações e empreendimentos.					
Definir critérios de prevenção para áreas de risco.					
Defender a preservação do património natural, em especial os recursos marinhos					
Qualificar as zonas de paisagem com interesse geológico.					
Requalificar as Zonas Balneares					
Minimizar o risco geológico e intervir em áreas prioritárias					
Recuperar e classificar as áreas de vinha.					
Promover a requalificação e conservação dos núcleos urbanos.					
Potenciar o reforço da ligação a S. Miguel					
Atenuar a sazonalidade do turismo					
Potenciar as actividades de turismo ligadas ao mar, (passeios de barco, mergulho...).					

5. Qual é, no teu entender, a medida mais urgente a tomar no que diz respeito ao ordenamento da Orla Costeira de St.ª Maria.

6. Comentários/Sugestões: _____

7. Identificação:

Masculino ___ Feminino ___

Idade:

Menos de 18 anos ___ 19-25 ___ 26-35 ___ 36-45 ___ 46-55 ___ 56-65 ___ + 65 ___

Freguesia de Residência: _____

Profissão: _____

Obrigado pela colaboração

Figura 6. Ficha de Participação distribuída no Fórum II na Ilha de Santa Maria.



Estiveram presentes na sessão do fórum 12 elementos. A sessão teve a duração de 2h e 05 minutos, tendo sido iniciada pelas 20.50h e terminada às 22.55h.

A estrutura da sessão estava dividida em 5 pontos:

1. Importância da Participação Pública;
2. Os resultados obtidos no Fórum I;
3. Cenários de desenvolvimento propostos no Plano;
4. Fundamentos da escolha do cenário Pró-Activo;
5. Validação de Propostas.

No que diz respeito à efectiva participação foram os pontos 3, 4 e 5 que exigiram uma acção mais efectiva dos participantes. Depois de terem sido confrontados com os resultados obtidos no fórum, foram apresentadas e justificadas as primeiras propostas do plano, incluindo os cenários de desenvolvimento e as propostas para as Zonas Balneares, de forma mais detalhada, o que permitiu dar uma visão mais concreta da realidade futura.

No final foram validadas as propostas apresentadas, procurando consensos e auscultando as críticas e sugestões em relação a elas.

Os resultados obtidos permitiram perceber que os pontos estratégicos definidos pela equipa iam ao encontro do sentimento geral em relação aos problemas e soluções encontradas.

Na ficha distribuída na sessão, foi possível apurar como principais resultados os apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Principal problema da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria.

Principal Problema da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria
Construção
Erosão

Existe uma clara consciência por parte dos residentes de dois problemas que afectam a orla costeira da ilha, e que põem em perigo o seu desenvolvimento. Por um lado a excessiva construção em alguns dos locais mais apetecíveis, que acabam por descaracterizar a paisagem e por outro a erosão que deveria condicionar a referida construção, pois



as áreas de risco são inúmeras, muitas vezes coincidentes com aquelas onde existem mais expectativas de desenvolvimento imobiliário.

Tabela 5. Área da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria com mais problemas.

Área da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria com mais problemas
S. Lourenço
Praia Formosa

Assim se compreende que sejam identificadas as áreas de S. Lourenço e Praia Formosa como as mais problemáticas. No caso da Praia, é referido pela população a perda crescente de areia da zona balnear por excelência da ilha. Este facto está normalmente associado pela população à dinâmica construtiva aí existente. No caso de S. Lourenço a grande instabilidade das arribas e os desejos de construção são claramente os factores que fazem com que os inquiridos considerem esta como uma das áreas problema da orla costeira de Santa Maria. Saliencia-se que estas opiniões são consensualizadas entre todos os participantes.

Dos objectivos do POOC a maior parte deles são considerados como Muito Importantes ou Importantes, embora se destaquem 2 como os de maior consenso (Tabela 6).

Tabela 6. Objectivos do POOC para a Ilha de Santa Maria.

Objectivos do POOC para a Ilha de Santa Maria
<ul style="list-style-type: none">• Reequacionar normas para a implementação de novas edificações e empreendimentos• Definir critérios para áreas de risco• Defender a preservação do património natural, em especial os recursos marinhos• Requalificar as Zonas Balneares• Atenuar a sazonalidade do Turismo• Potenciar as actividades de turismo ligado ao mar

Existiu uma satisfação generalizada com a decisão do POOC de apontar o sector do turismo como estratégico, nomeadamente através da requalificação das Zonas Balneares e melhoria dos serviços. Não obstante, existem cuidados a ter com o património natural e construído que permitam a manutenção das qualidades atractivas de Santa Maria para que possa aumentar os seus fluxos turísticos.



3.3 – CONCLUSÃO

A Participação Pública é cada vez mais importante ao nível dos processos de planeamento, porém exige perseverança e continuidade no tempo e no espaço. Se em áreas onde estes processos estão mais consolidados a mobilização é por vezes difícil, no caso da Ilha de Santa Maria, onde estas questões são relativamente novas, existiu realmente alguma resistência à participação da população de forma geral, quer por falta de motivação ou por falta de tradição. Porém deve ser salientado o entusiasmo da participação, em especial no segundo Fórum onde a duração ultrapassou as 2 horas, mostrando um empenhamento e interesse.

Assim em função de tudo o que foi referido os aspectos positivos decorrentes do processo de Participação Pública atingiram em larga escala os objectivos inicialmente pretendidos, justificando não só a sua inclusão no Plano, mas também a sua aplicação em situações futuras.

Assim em função de tudo o que foi referido os aspectos positivos decorrentes do processo de Participação Pública atingiram em larga escala os objectivos inicialmente pretendidos, justificando não só a sua inclusão no Plano, mas também a sua aplicação em situações futuras.





4. DISCUSSÃO PÚBLICA: Participações

A metodologia utilizada na análise das participações apresentadas na fase de Discussão Pública do POOC, que decorreu entre 3 de Dezembro de 2007 a 15 de Dezembro de 2008, consistiu nos seguintes passos fundamentais:

1. **Identificação do participante**, nomeadamente o nome, morada e contacto (telefónico ou electrónico), para posterior envio da resposta à participação apresentada;
2. **Enquadramento legal da participação**, de acordo com o artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que estipula as tipologias de participações possíveis, nomeadamente:
 - a) a desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;
 - b) a incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
 - c) a desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
 - d) a eventual lesão de direitos subjectivos.
3. **Tipologia da participação**, identificando o seu carácter, nomeadamente:
 - a) Sugestão;
 - b) Observação;
 - c) Reclamação;
 - d) Pedido de esclarecimento.
4. **Comentário/sugestão**, síntese da participação apresentada, relevando as propostas de alteração sugeridas.
5. **Resposta**, de acordo com o comentário /sugestão é elaborada uma resposta à participação.

Após a sistematização da informação, segundo os parâmetros acima descritos, foi possível iniciar a análise dos resultados das participações apresentadas.



5. PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES / RECLAMAÇÕES

Em conformidade com a legislação em vigor, a entidade pública fica obrigada à resposta fundamentada perante os particulares/entidades públicas ou privadas.

Durante o período de Discussão Pública estiveram disponíveis para consulta os documentos mencionados no ponto 1 do presente relatório. As participações resultaram da consulta *in situ* destes documentos, para além de se encontrarem disponíveis na página de internet do Governo Regional, nomeadamente na da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar. Da Sessão Pública efectuada na Ilha de Santa Maria a 14 de Dezembro de 2008, onde estiveram presentes os elementos da Comissão Executiva do POOC para além de alguns dos elementos da Equipa Técnica, tendo sido efectuada uma breve apresentação sobre a proposta do Plano. No entanto, no decorrer do período de discussão pública foram recepcionadas trinta e nove participações, na Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos. Contribuíram para o processo de Discussão Pública a Agência para a Promoção do Investimento dos Açores (APIA), que apresenta uma intervenção de carácter diversificado, com o objectivo de incentivar a abertura da Região a novos mercados, a empresa Holland Trading, Lda onde apresenta um projecto de produção de Antúrios, o Círculo de Amigos de S. Lourenço que apresenta várias intervenções relacionadas com a Baía de S. Lourenço. Finalmente salientam-se ainda as participações da Santa Casa da Misericórdia e dos Serviços de Ambiente de Santa Maria, bem como diversas participações individuais.

No que diz respeito às participações recepcionadas, verificou-se que a origem das mesmas não se resume apenas à Ilha de Santa Maria, mas também a São Miguel.

As participações abordam diversas áreas temáticas:

- Permitir a construção na zona da Ponta Negra;
- Infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais;
- Classificação dos locais de interesse cultural e paisagístico;
- Zona Balnear da Praia;
- Área de Projecto da Praia Formosa, Maia, S. Lourenço;
- Possibilidade de execução de projectos urbanísticos;
- Quartéis de Vinha.





Representando espacialmente as Participações Públicas (Figura 7) verificou-se que incidiam essencialmente na Baía de São Lourenço, Anjos, Maia e Praia Formosa.

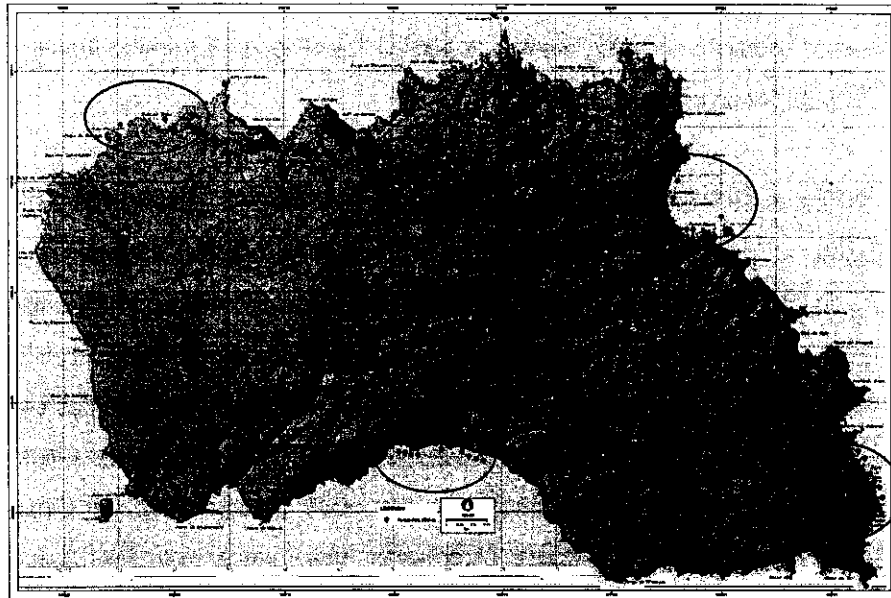


Figura 7. Representação espacial das Participações Públicas na Ilha de Santa Maria.

Perante a análise das participações apresentadas, procedeu-se à elaboração e envio das respostas às questões e opiniões colocadas pelos participantes.

Considera-se que o processo de Discussão Pública foi muito positivo uma vez que proporcionou mais um momento de interação entre os participantes e a Equipa do Plano, vindo a enriquecer e consolidar a fase final de elaboração do POOC.





Lista de participantes no processo de Discussão Pública

- Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
- Jorge Alberto Cabral Botelho
- Armando Manuel de Fraga Borges Pacheco
- Paulo Jorge Raposo Macedo
- Serviços de Ambiente de Santa Maria – Bárbara Torres Chaves
- João de Sousa Braga
- Marcelo Aguiar
- Aida Florinda da Silva Ramalho Chermitti
- Holland Trading, Lda
- Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE
- Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto
- Raul Moutinho de Almeida
- Ana Carolina Amaral de Carvalho e Sousa
- Junta de Freguesia de Santa Bárbara
- Ricardo de Carvalho e Sousa
- Maurício Manuel Vieira Travassos
- Ilhas de Valor, S. A. – Lubélia Maria F. Chaves
- Duarte Manuel Braga Moreira
- Círculo dos Amigos S. Lourenço – António Miguel Afonso Marques
- António Jorge Monteiro Gago
- Paulo Sérgio Braga Chaves
- Paula Gamett Andrade
- João Manuel de Andrade Fontes
- José de Andrade Melo
- Irene Margarida Magalhães
- António Alves Miguel



ANEXO

Lista de participantes no processo de Discussão Pública



6. SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS AO PLANO

A principal alteração efectuada no POOC decorrente do processo de Discussão Pública, resultou da participação pública da APIA e conduziu à alteração do regulamento no n.º 2 dos artigos 24º e 25º, viabilizando a possibilidade de construção de infra-estruturas de apoio às actividades agrícolas e florestais reconhecidas como imprescindíveis à viabilidade económica dos projectos, desde que os mesmos tenham sido classificados como de Interesse Regional. De acordo com a participação Pública dos Serviços do Ambiente de Santa Maria e com a sugestão que apresentaram, que durante o período de interdição do acesso aos ilhéus, de Maio a Outubro, deverá ocorrer monitorização das aves que lá nidificam, a mesma foi tida em consideração no Plano de Ordenamento da Orla Costeira. De uma das participações do Circulo de Amigos de S. Lourenço resultou a inclusão no Volume 3, da ficha correspondente à Zona Balnear (ZB 5 - S. Lourenço).

Da uma outra sugestão apresentada resultou que a Central de Compostagem deveria ser assinalada na Planta de Síntese. Resultou, também, de uma outra participação a inclusão de passeios marítimos nas fichas de projecto. De acordo com a pretensão de um participante no processo introduziu-se uma alínea ao artigo 21º a interditar a extracção de areias, salvaguardando a Zona A - Marítima. No que diz respeito à Zona A – Terrestre, de acordo com a legislação de gestão do domínio hídrico não é possível fazer-se a extracção de areias das praias. Eliminou-se, ainda, a alínea o) do n.º 2 do artigo 13º. Foram ainda efectuadas alterações no artigo 16º (áreas de interesse cultural e paisagístico), mais concretamente no n.º 7 que diz respeito aos apoios agrícolas.

